



Número: **0810873-76.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **12/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0807427**

Assuntos: **Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE EDVAN DA SILVA (AUTOR)		ROGERIO SILVA CAPISTRANO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
26454669	22/11/2019 13:14	<u>Petição Inicial</u>	Petição Inicial
26454691	22/11/2019 13:14	<u>Ação de Recebimento do DPVAT</u>	Outros Documentos
26454693	22/11/2019 13:14	<u>PROCURAÇÃO</u>	Procuração
26454695	22/11/2019 13:14	<u>DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA</u>	Outros Documentos
26454950	22/11/2019 13:14	<u>RG e CPF</u>	Documento de Identificação
26454954	22/11/2019 13:14	<u>LAUDOS</u>	Outros Documentos
26454958	22/11/2019 13:14	<u>LAUDO MÉDICO- RESUMO DE ALTA (21.07.2018)</u>	Outros Documentos
26454960	22/11/2019 13:14	<u>ATESTADO MEDICO</u>	Outros Documentos
26454961	22/11/2019 13:14	<u>CARTÃO DE RETORNO</u>	Outros Documentos
26454963	22/11/2019 13:14	<u>1º Comp. Correios</u>	Outros Documentos
26454964	22/11/2019 13:14	<u>2º Comp. Correios- 17.10.2019</u>	Outros Documentos
26454965	22/11/2019 13:14	<u>3º Comp. Correios- 30.10.2019</u>	Outros Documentos
26454967	22/11/2019 13:14	<u>Declaração do Proprietário da Moto</u>	Outros Documentos
26454968	22/11/2019 13:14	<u>Print- último resultado consulta- DPVAT</u>	Outros Documentos
26454970	22/11/2019 13:14	<u>Guia Custas</u>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
26510091	25/11/2019 18:38	<u>Ato Ordinatório</u>	Ato Ordinatório
26609280	28/11/2019 11:04	<u>MANIFESTAÇÃO SOBRE O ID. 26510093</u>	Informação

26611 897	28/11/2019 11:04	<u>CTPS- Comprovação de Desemprego</u>	Documento CTPS
26611 894	28/11/2019 11:04	<u>COMP. DE RESID.</u>	Outros Documentos
26612 203	28/11/2019 11:04	<u>DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO</u>	Outros Documentos
27141 195	13/01/2020 11:50	<u>Despacho</u>	Despacho
27797 952	29/01/2020 14:53	<u>Contestação</u>	Contestação
27797 953	29/01/2020 14:53	<u>CONTESTACAO E SUBS</u>	Outros Documentos
27797 956	29/01/2020 14:53	<u>DOCS COMPROBATORIOS</u>	Documento de Comprovação
27797 961	29/01/2020 14:53	<u>KIT_SEGURADORA_LIDER</u>	Procuração
27818 518	30/01/2020 08:43	<u>Ato Ordinatório</u>	Ato Ordinatório
27832 834	30/01/2020 14:05	<u>Réplica</u>	Réplica
27833 256	30/01/2020 14:05	<u>IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO</u>	Outros Documentos
28476 139	04/03/2020 14:36	<u>Despacho</u>	Despacho
28798 355	05/03/2020 08:50	<u>Manifestação acerca do despaho de id. 28476139</u>	Petição
28957 274	10/03/2020 15:10	<u>HABILITAÇÃO</u>	Petição de habilitação nos autos
28957 284	10/03/2020 15:10	<u>PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016</u>	Procuração
28957 290	10/03/2020 15:10	<u>SUBSTABELECIMENTO- SUELIO</u>	Substabelecimento
29076 553	13/03/2020 09:48	<u>Maniестаço acerca do v. despacho sob id. 28983636</u>	Outros Documentos
29218 142	18/03/2020 11:25	<u>Petição</u>	Petição
29218 144	18/03/2020 11:25	<u>2688192_PETICAO_DE_PROVAS_01</u>	Outros Documentos
30657 402	02/06/2020 20:43	<u>Despacho</u>	Despacho
34058 127	08/09/2020 14:22	<u>Certidão</u>	Certidão
36361 725	12/11/2020 00:38	<u>Decisão</u>	Decisão
36622 100	14/11/2020 15:10	<u>Decisão</u>	Decisão
37090 489	25/11/2020 15:41	<u>Decisão</u>	Decisão
37091 499	25/11/2020 15:41	<u>ORIENTAÇÕES SOBRE CISCO</u>	Decisão
37122 324	26/11/2020 09:12	<u>Expediente</u>	Expediente

Segue anexo em Pdf Petição de Ação de Recebimento de Seguro DPVAT, bem como todos os docs. pertinentes ao caso.



AO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA _____^a VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.

JOSÉ EDVAN DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador do RG sob o nº 3.353.323 SSDS/PB 2ª via, inscrito no CPF sob o nº 718.472.224-80, filho de Edileuza Pereira da Silva e José Santiago da Silva, residente e domiciliado na Rua Júlio Geraldo de Souza, 229, Mangabeira II, João Pessoa-PB, CEP: 58.057-170, por intermédio de seus advogados e bastante procuradores, conforme procuração acostado nos autos, onde no tocante a eventuais notificações via postal, sejam enviadas para o endereço que se encontra no frontispício deste feito, vem, muito respeitosamente a presença de Vossa Excelência propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) POR
INVALIDEZ PERMANENTE**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, e-mail: presidente@seguradoralider.com.br, telefone: (21) 3861-4600, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA HABILITAÇÃO, PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO

Postula-se, inicialmente, todas as publicações e/ou intimações, referente a esta demanda, que sejam expedidas somente em nome de seu patrono, qual seja, Dr. Robério Silva Capistrano, inscrito na OAB/PB sob o nº 20.812, e-mail: roberiocapistrano.adv@gmail.com e Dr. Rogério Silva Capistrano, inscrito na OAB/PB sob o nº 26.371, e-mail: rogeriocapistrano.adv@gmail.com SOB PENA DE NULIDADE PROCESSUAL, nos termos dos artigos 77, inciso V; 272, § 2º e § 5; e 273, todos do Novo Código de Processo Civil, bem como bem como seja efetuado o cadastro e habilitação ao Sistema de Processo Eletrônico deste patrono, garantindo-se, assim, o peticionamento eletrônico e a consulta a todos os atos do processo. E, deste forma, no tocante a eventuais notificações via postal, sejam enviadas para os endereços que se encontram no frontispício desta demanda.

DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA



Postula-se a Vossa Excelência que sejam deferidos os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes da Lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela Lei 7.510/86, a parte declara para os devidos fins e sob as penas da lei, não tem condições de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. (Conforme documentos acostado).

DOS FATOS

O Promovente sofreu um grave acidente de trânsito em 08/07/2018, por volta das 21h30min, nas proximidades da antiga A&C Call Center, em Mangabeira João Pessoa-PB, na rua Doutor Euclides Neiva, CEP: 58.056-000, próximo ao numeral 2800, onde o mesmo trafegava em uma motocicleta, placa MNN-2042/PB, RENAVAL: 0078817976-4, CHASSI 9C2MD34002R005587, ANO 2001, MODELO 2002, GASOLINA, COR VERMELHA, quando foi surpreendido por um veículo e chegando a colisão carro x moto e, com isso, o condutor do veículo causador do acidente evadiu-se do local sem prestar qualquer suporte ao acidentado.

O Promovente foi socorrido pela equipe do SAMU metropolitana de João Pessoa, onde prestaram atendimento pré-hospitalar no local do acidente, e posteriormente o mesmo foi encaminhado pela equipe do SAMU ao Complexo Hospitalar de Mangabeira Governador Tarcisio Burity, conhecido com HOSPITAL TRAUMINHA DE MANGABEIRA, consciente, porém desorientado. (conforme declaração do Samu e Boletim de Ocorrência)

O Promovente deu entrada no referido Hospital, vítima de acidente de motocicleta, levado pela equipe do SAMU, apresentando fratura de maléolo lateral e medial.

O primeiro atendimento foi realizado avaliação da cirurgia geral, Rx de perna e tornozelo direito e tratamento cirúrgico em 09/07/2018, e em 01/05/2019 foi submetido a outro tratamento cirúrgico, sendo este último corretivo.

Ao chegar ao mencionado hospital o Promovente foi encaminhado com urgência para sala de cirurgia para as devidas providências, por se tratar de um caso delicado.

O Promovente sobreviveu a esse grave acidente, mas ficou com sequelas para o resto de sua vida, pois não mais poderá utilizar-se de esforços que requeiram carga na região afetada.

Convém, ressaltar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais) esta devidamente comprovados através dos documentos e em especial os laudos médicos e o laudo traumatológico.

Comprovado está a ocorrência de **INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE**.



Douto Julgador, este patrono no dia 03/07/2019, às 13h38min41seg, foi à Agência de Correios e Telégrafos para enviar os documentos necessários para requerer o pagamento do seguro DPVAT, dias após foi devolvidos os documentos alegando que: “DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO NÃO ENVIADO (A), NÃO ACUSAMOS O RECEBIMENTO DO DOCUMENTO, NECESSÁRIO APRESENTAR”, assim, foi solicitado tal documento novamente.

Em estrita obediência ao requerimento da Seguradora, foi enviado tais documentos na data do dia 17/10/2019 às 12h. 09min. 22seg., a fim de sanar tal “equivoco”. Todavia, para nossa não surpresa- pois a conduta da Ré já é consabida por todos, ou seja, criar impasses para pagamento dos referidos seguros- eis que a Seguradora, por mais uma vez, alegou a seguinte: “DOCUMENTOS DO BENEFICIÁRIO NÃO ENTREGUE, COMPROVANTE DE ENDEREÇO DO BENEFICIÁRIO NÃO ENTREGUE, DOCUMENTOS DO BENEFICIÁRIO NÃO ENTREGUE”.

Diante de tal burocracia, a fim de não ingressar com a presente ação judicial, foi enviado por mais uma vez tais documentos. Porquanto, eis, mais uma vez a nossa não surpresa, a Seguradora emite a seguinte: “PROCURAÇÃO DO BENEFICIÁRIO NÃO CONFORME”.

Ora, Excelência, a conduta da Ré é voltada tão somente para procrastinar o recebimento do seguro pelo Autor, ou seja, dos valores que lhe faz jus.

Ademais, todos estes documentos mencionados foram devidamente enviados por 4 (quatro) vezes, portanto, não restando alternativas ao Promovente que não seja a propositura da presente demanda.

Desta forma, vem o Requerente, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente demanda para fazer valer seus direitos.

DO DIREITO

I- DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.



Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, in verbis:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J.18.12.2001). Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por **qualquer seguradora privada integrante do consórcio** instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVÂNCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Todos os documentos acostados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre



o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

II- DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO

Na indenização do seguro DPVAT, em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: DO LOCAL DO ACIDENTE ou DO SEU DOMICÍLIO, bem como ainda o DOMICÍLIO DO RÉU.

Súmula 540. “Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu. (REsp 1.357.813)

Em caso de Ação em virtude de acidente de veículo é competente o foro do domicílio do Promovente, do local do fato ou ainda do domicílio do réu para as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo.

Veículo aqui está em sentido amplíssimo, compreendidos na expressão: automóveis, ônibus, caminhão, MOTOCICLETAS, trens, aeronaves, embarcações etc. Por via das dúvidas o legislador fez constar o termo “aeronaves” no novo Código de Processo Civil de 2015, no artigo 53, inciso V.

Art. 53. É competente o foro:

V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.



Já no foro concorrente, é do Promovente a opção pelo ajuizamento da ação no foro de seu domicílio ou no foro do lugar do acidente.

O réu não pode opor-se à opção do autor.

Este, entretanto pode renunciar à prerrogativa de foro e ajuizar a ação no domicílio do réu, conforme artigo 46 do novo CPC.

Se isto ocorrer, ao réu é vedado arguir a incompetência relativa por falta de interesse processual, já que estaria sendo beneficiado com a escolha do autor pelo foro do domicílio dele.

Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.

§1º. Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.

A demanda objetivando o recebimento do seguro obrigatório DPVAT é de natureza pessoal, fazendo com que a competência para a ação seja, em princípio, do foro do domicílio do réu (art. 94, caput do CPC 1973 / art. 53, V, do CPC 2015).

Veja o que diz a doutrina sobre essa hipótese de competência concorrente:

“A competência do foro do lugar do acidente, ou delito, para a ação de reparação do dano por ele causado, não é exclusiva. O parágrafo em exame a considera concorrente com a do foro do domicílio do autor, cabendo a este optar por um desses dois foros. Tratando-se de regra criada em favor da vítima do delito ou acidente, pode ela abrir mão dessa prerrogativa e, se lhe convier, ajuizar a ação no foro do domicílio do réu. Como se vê há, na realidade, três foros concorrentes, à escolha do autor: o do lugar do fato, o do domicílio do autor e o do domicílio do réu. E o réu não tem poder legal de se opor a essa escolha.” (BARBI, Celso Agrícola. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. I. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 351-352).

III- DA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - ESGOTADA



Douto Julgador, o Promovente já enviou os documentos necessários para requerer o pagamento via administrativa e sendo devolvido com os seguintes argumentos.

Com relação aos documentos enviados na data do dia 03/07/2019, às 13h38min41seg, foi ao correio para enviar os documentos necessários para requerer o pagamento do seguro DPVAT, dias após foi devolvidos os documentos alegando que: "DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO NÃO ENVIADO (A), NÃO ACUSAMOS O RECEBIMENTO DO DOCUMENTO, NECESSÁRIO APRESENTAR", assim, foi solicitado tal documento novamente a este patrono.

Em estrita obediência ao requerimento da Seguradora, foi enviado tais documentos na data do dia 17/10/2019 às 12h. 09min. 22seg., a fim de sanar tal "equivoco". Todavia, para nossa não surpresa- pois a conduta da Ré já é sabida por todos, ou seja, criar impasses para pagamento dos referidos seguros- eis que a Seguradora, por mais uma vez, alegou a seguinte: "DOCUMENTOS DO BENEFICIÁRIO NÃO ENTREGUE, COMPROVANTE DE ENDEREÇO DO BENEFICIÁRIO NÃO ENTREGUE, DOCUMENTOS DO BENEFICIÁRIO NÃO ENTREGUE".

Diante de tal burocracia, a fim de evitar a propositura da presente ação judicial, foi enviado por mais uma vez tais documentos. Porquanto, eis, mais uma vez a nossa não surpresa, a Seguradora emite a seguinte: "PROCURAÇÃO DO BENEFICIÁRIO NÃO CONFORME".

Dessa forma, não restou alternativa que não fosse à busca pela tutela jurisdicional *in casu*.

Preceitua o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante **SIMPLES PROVA DO ACIDENTE** e do dano decorrente, Vejamos:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifei)

IV- DO INTERESSE DE AGIR

A Constituição Federal, em seu *artigo 5º, XXXV*, assegura que "A Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito".

Portanto, o Promovente não precisava se submeter outra vez a via administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal.



Como cediço, as seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT, DIFICULTAM O PAGAMENTO POR VIA ADMINISTRATIVA SOLICITANDO VASTA DOCUMENTAÇÃO E PRORROGAM AO MÁXIMO O VALOR DA INDENIZAÇÃO DEVIDA, E QUANDO PAGAM, NÃO CUMPREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

V- DA PRESCRIÇÃO

Nos moldes da Súmula 405 DO STJ, a Ação de cobrança do DPVAT prescreve em três anos. In verbis:

“A Ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra sumulada na Corte do STJ. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

VI- DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art.. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante SIMPLES PROVA DO ACIDENTE e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifei)



O Requerente enviou todos os documentos necessários, salienta-se, por 4 (quatro) vezes, no entanto, a Requerida continuou negando o que é de direito do autor. Assim, diante de todo o exposto, não resta outra oportunidade ao Requerente que não seja a busca pela justiça suplicando ao poder Judiciário que seja aplicada mais pura justiça *in casu*.

DOS PEDIDOS

Diante o exposto, postular-se o Promovente a presença de Vossa Excelência o que se segue aduzidos:

I- Que seja recebida a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)** em todos os seus termos;

II- O **BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA GRATUITA**, previsto nos termos do artigo 2º e 4º da Lei 1.060/50, a parte declara para os devidos fins e sob as penas da lei, não tem com arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento ou de sua família;

III- A **CITAÇÃO** da Promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima, sob pena de confissão e revelia;

IV- Que seja a presente demanda **JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE**;

V- A condenação da Promovida a pagar ao Promovente a indenização de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros e correção monetária, a título de invalidez permanente, atualizando desde o dia do acidente, ou seja, 08/07/2018;

VI- A condenação da Promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação;

VII- Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos e prova testemunhal.

VIII- Por fim, que todas as publicações e intimações, doravante referente a este feito, sejam efetuadas, exclusivamente, em nome de DR. Robério Silva Capistrano- OAB/PB 20.812 e Dr. Rogério Silva Capistrano- OAB/PB 26.371, **SOB PENA DE NULIDADE**.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais)**



Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 20 de novembro de 2019.

Rogério Silva Capistrano
OAB/PB 26.371
Advogado





Dr. Robério Silva Capistrano
Procurador & Consultor Jurídico

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE

JOSÉ EDVAN DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG sob o nº 3.353.323 2ª via SSP/PB e inscrito no CPF sob nº 718.472.224-80, residente e domiciliado na Rua Júlio Geraldo de Souza, nº 229, casa A, Bairro Mangabeira II, João Pessoa-PB, CEP.: 58.057-170.


OUTORGADO

Dr. ROBÉRIO SILVA CAPISTRANO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 008.261.154-89 e inscrito na OAB/PB sob o nº 20.812 e **Dr. ROGÉRIO SILVA CAPISTRANO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 048.219.224-01 e inscrito na OAB/PB sob o nº 26.371, ambos escritório profissional na rua Dr. Euclides Neiva de Oliveira, nº 2387, sala 2, Mangabeira II, João Pessoa-PB.

PODERES

Por este instrumento particular de mandato, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO plenos poderes para o fim em GERAIS e em ESPECIAIS, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunais superiores, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até o final da decisão, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os PODERES ESPECIAIS para receber citação ou intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, negociar, transigir, peticionar, desistir, renunciar ao direito sobre qual se funda a ação, receber, dar quitação, sacar ou receber quaisquer valores referente a qualquer ação perante quaisquer instituições bancárias mediante alvará judicial expedido pelo Juízo da demanda, firmar compromisso, requerer ao Juízo competente o desconto de 30% (trinta) por cento a título de honorário advocatício, solicitar o levantamento dos honorários advocatícios em alvará separado, assinar declaração de hipossuficiência econômica conforme estabelecido no artigo 103 do NCPC, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda subestabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e válido.

João Pessoa, 29 de março de 2019.


JOSÉ EDVAN DA SILVA
RG sob o nº 3.353.323 2ª via SSP/PB
CPF sob nº 718.472.224-80
OUTORGANTE

Procurador Titular: 115 - CENTRO, João Pessoa-PB, CEP.: 58.010-740

Procurador: Euclides Neiva de Oliveira, nº 2387, sala 2, MANGABEIRA II,
João Pessoa-PB, CEP.: 58.050-000

CEP: 5.000-000 (Cidade) / CEP: 5.000-000 (Cidade) / CEP: 5.000-000 (Cidade)



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENTE

JOSÉ EDVAN DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG sob o nº 3.353.323 2ª via SSP/PB e inscrito no CPF sob nº. 718.472.224-80, residente e domiciliado na Rua Júlio Geraldo de Souza, nº 229, casa A, Bairro Mangabcira II, João Pessoa-PB, CEP.: 58.057-170, no gozo de suas faculdades mentais, ciente das consequências da presente, **DECLARO** para os devidos fins de direito que sou pobre, conforme Art. 2º e 4º da Lei 1.060/50 c/c Art. 1º da Lei 7.115/83, pois não me encontro em condições de pagar custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo de sustento próprio ou de minha família, sob pena de responsabilidade civil, administrativo e criminalmente por essa minha afirmação.

"A simples declaração de miserabilidade jurídica por parte do interessado é suficiente para a comprovação desse estado, nos termos do artigo 4º, §1º da Lei 1.060/50". (STF-RE 205.039-RS-DJU de 07.03.97)

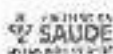
João Pessoa, 29 de março de 2019.


JOSÉ EDVAN DA SILVA
RG sob o nº 3.353.323 2ª via SSP/PB
CPF sob nº. 718.472.224-80
DECLARANTE





LAUDO MÉDICO



RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS

NOME: José Edvans da Silva.

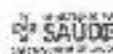
Paciente submetido a tratamento cirúrgico de ruptura do tornozelo dir há 15 dias. Apresenta dor, edema e restrição de A.M. segue em fisioterapia. Sugiro manter afastamento maior 60 (sessenta dias).

14/12/19

582

Assinatura e Carimbo
 Dr. F. F. Viana
 Ortopedia - Traumatologia
 CRM: 68120/DF-17008
 25.12.2019

LAUDO MÉDICO



RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS

NOME: José Edvans da Silva.

Paciente submetido a tratamento cirúrgico de ruptura do ligamento cruzado anterior há 1 mês evolui com dor, edema e restrição de A.M. segue em fisioterapia. Sugiro manter afastamento maior 60 (sessenta dias).

- Em acompanhamento a fisioterapia.

cto. 582.

Dr. Adilson F. F. Viana
 Ortopedia - Traumatologia
 CRM: 68120/DF-17008
 25.12.2019

Assinatura e Carimbo

24-08-2018





RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS

NOME: Jose Edson da Nave

Louso Médico

Atesto para os
devidos fins que o
paciente supracitado
apresenta Dor e
limitação da mobilidade
em Tornozelo Direito
que foi operado nesse
Hospital há 6 meses
e precisa de golos
de abastecimento de
suas atividades
enquanto se recupera
de tratamento.

Assinado eletronicamente por: ROGERIO SILVA CAPISTRANO - 22/11/2019 13:13:23
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112213132317100000025549946
Número do documento: 19112213132317100000025549946

01/03/19





LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME: JOSE ROGERIO DA SILVA			PRONTUÁRIO N°:		
IDADE: 29 anos	SEXO: MASC	COR:	CLÍNICA: Ortopedia	TRF. 21	LEITO: 402
DATA DE ADMISSÃO: 09/07/2018		DATA DE ALTA: 21/07/2018		TEMPO DE PERMANÊNCIA:	
DIAGNÓSTICO INICIAL					CID
Fratura do Múleo lateral e Medial do tornozelo Direito					S82.5 + S82.6
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO					
() mesmo					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES					
Rx de tornozelo demonstrando solução de continuidade óssea de muleolo lateral e Medial					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
ANT: HA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO					
COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO					
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÕES DE ALTA					
(X) MELHORADO () REMOVIDO () A PEDIDO () CURADO ()					
ÓBITO					

RESUMO CLÍNICO

Paciente portador(a) de fratura de muleolo lateral e medial foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de osteossíntese com placas e parafusos. Recebeu alta em boas condições clínicas e orientação com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

REPOUSO:

Relativo em casa por 15 dias.

Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.

Retorno às atividades com esforço físico leve em 45 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:

Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no local. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: Ciprofloxacina e Profenid

RETORNO:

Ao posto de saúde em 21 dias.

Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 21 dias para reavaliação. ALISSON

21/07/2018

DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M.

Este documento destina-se à comprovação do atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que a pedido do(a) Sr.(a) for Edson da Silva portador(a) da identidade RG _____ que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às _____ horas, portador(a) da patologia CID-10 S82.5+582.6, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 sepreta dias, a partir desta data.

João Pessoa, 9/7/18
Dr. Roberto S.C. Junior
Médico
CRM 7682

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo o(a) Dr.(a) _____, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

☐ VIA-PACIENTE

☐ VIA ANEXO AO PROTOCOLO DE ATENDIMENTO

Ex. 10 - Rua José Gomes Filho, 100, Centro, Maracá - PA





11110



CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: Jose' Edmar
da Silva

RG: _____

DATA DE ATENDIMENTO: 09/01/18

Nº PRONTUÁRIO: 19

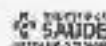
MÉDICO: Kayra

DIAGNÓSTICO: _____

PROCEDIMENTO: Exat

SEMPRE QUE RETORNAR AO SERVIÇO É
OBRIGATÓRIO APRESENTAR ESTE CARTÃO.

CONTATO: 3239-1221



CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: Jose' Edmar

DATA DO ATENDIMENTO: 09/01/18

Nº PRONTUÁRIO: _____ FICHA: _____

MÉDICO (CARIMBO): Alisson

DIAGNÓSTICO: Exat

PROCEDIMENTO: _____

RAFI

SEMPRE QUE RETORNAR AO HOSPITAL É
NECESSÁRIO APRESENTAR ESTE CARTÃO.



DATA DE RETORNO	ESPECIALIDADE	TURNO	SALA
19.9.18	Sisio	M	
21.9.18	Sisio		
22.9.18	Sisio		

DATA DE RETORNO	ESPECIALIDADE	TURNO	SALA
24/08			
29/09		08:00	
26/10/18		08:00	Ⓟ
	Dr. Alimen		
16/10/18		08:00	Ⓟ
14.11.18		08:00	
03/03/19		08:30	



COMPONENTE DO ALUGUEL

Movimento: 06/04/2019 Hora: 17:25:41
 Data: 06/04/2019 Ponto: 0473265
 Lançamento: 61 Análise: 0000
 Nota: 4,00 Valor: 1,00000000

Restagem ocorrida após o período final de produção (1986), para a espécie 1 (até dia 31) no período final de análise.

SEAL DOBRO ATE 30	1	23,26
Valor do Portoboa	25,25	
Peso real (G)	49	
Peso Tarifado	0,79	
CHARTER	0,00000000	
Nome Remetente	BANCO S.L. S.A. C/STRADA	
Endereço Remet	RUA VILA FLOR, 1000-000	
Cidade Remetente	100-000	
Des. Remetente	0000-000	
Cidade Remetente	0000-000	
UF Remetente	PS	
FORMA DE PAGAMENTO	1	31,45
Valor do Portoboa	30,41	
Des. Destino	2000-000	
Peso real (G)	50	
Peso Tarifado	0,10	
CHARTER	0,00000000	

DE GRUYTER PUBLISHED BY

Valor ilustrado não solicitado:
No caso de objeto em pó, utilize o serviço adicional de valor declarado.

2-Ethylhex-2-ene

Reconhece a prestação de serviços como prestação, não qualificação mediante apresentação de fatura. Os valores contratuais desta obrigação foram sempre verificados de acordo com as cláusulas contratuais.

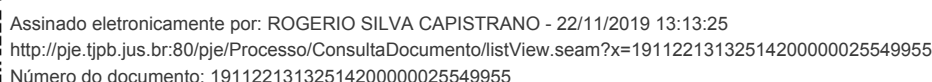
Age: _____ SS: _____
 Pos. Description: _____

Hostam: admida anglo borato i linia de test
agen 516, vasa acrescio 1 can. dia. util. de se
ago. talier. de estrea.

SERIAL POSITIVE DEFECTS = 76/100-101 PERCENT

Forma geral
 De 1 a 4^o de 1^o setembro de 2012, os Caracóis
 Tarami podem ser vistos e ouvidos no 10^o Tráfego
 este comunicado para eventual criação ou
 de Caracóis.

2007 年 12 月 30 日



Num. 26454965 - Pág. 1



DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO

Para mais informações, acesse o site www.seguradotalider.com.br ou entre em contato através de um dos telefones abaixo.

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)

Capitais e regiões metropolitanas: 0800-3501 / Outras regiões: 0800-022-12-01

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800-022-81-80 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800-022-12-06 | Central Ovidiana: 0800-022-91-75

Eu, PAULO VITOR DOS SANTOS FILHO,
RG nº 3108630, data de expedição / / ,
Órgão SSP/PB, portador do CPF nº 075.554.084-06
com domicílio na cidade de JOÃO PESSOA, no Estado de
PARAÍBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
R. ALBERTINA CABRAL DANTAS, nº 71,
complemento — X —, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima
JOSÉ EDVAN DA SILVA, cujo o condutor era
JOSÉ EDVAN DA SILVA.
Veículo: MOTO-HONDA Modelo: XR-250-FORNA Ano: 2001/2002
Placa: MAN-2042^{PB} Chassi: 9CZMB3400ZR005587
Data do Acidente: 08/07/2018

Local e Data: JOÃO PESSOA, 08/10/2019

x Paulo Vitor dos Santos Filho
Assinatura do Declarante

x José Edvan da Silva
Assinatura do Condutor
(caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)





(V)


[Voltar no site](#)


[A](#)
[Cobranças](#)
[Seguro DPVAT](#)
[Pontos de Atendimento \(Pontos de Atendimento\)](#)
[Centro de Dados e Estatísticas](#)
[Sala de Imprensa](#)
[Trabalhe Conosco](#)
[Contato](#)

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização



Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados. O prazo final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190427640 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE EDVAN DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LÍDER DPVAT - OPERAÇÃO CORRÊPOS

BENEFICIÁRIO JOSE EDVAN DA SILVA

CPF/CNPJ: 71847222400

Posição em 18-11-2019 14:05:03

Seu pedido de indenização foi analisado e identificamos pendências que impedem a conclusão do processo. Por favor, regular:


Descrição	Tipo	Status	Nome
Procuração	Beneficiário	Não Conforme	ROBERIO SILVA CAPISTRANO



Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
24/07/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	https://sisapeatdocs.seguradonalider.com.br:8443/api/file/download?api_key=QQnlz67zC8THfCu8Ypn4HqxM55n8K00kyWQ/NrFYs-
24/07/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	https://sedpvatdocs.seguradonalider.com.br:8443/api/file/download?api_key=QQnlz67zC8THfCu8Ypn4HqxM55n8K00kyWQ/NrFYs-

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.2.19.23972/01
			Data de emissão: 26/08/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: ACAO POPULAR - CIVEL - 66	Data de vencimento: 31/08/2019
Número da guia: 200.2019.623972 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,48
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.009,60 Promovente: José Edvan da Silva - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: Lider Seguradora- DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.010,95
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000103 109509283189 520190831203 021923972018 			Valor final: R\$ 1.010,95

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.2.19.23972/01
			Data de emissão: 26/08/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: ACAO POPULAR - CIVEL - 66	Data de vencimento: 31/08/2019
Número da guia: 200.2019.623972 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,48
Promovente: José Edvan da Silva Promovido: Lider Seguradora- DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.010,95
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.010,95

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.2.19.23972/01
			Data de emissão: 26/08/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: ACAO POPULAR - CIVEL - 66	Data de vencimento: 31/08/2019
Número da guia: 200.2019.623972 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,48
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.009,60 Promovente: José Edvan da Silva - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: Lider Seguradora- DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.010,95
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000103 109509283189 520190831203 021923972018 			Valor final: R\$ 1.010,95





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2019.623972

Data Vencimento: 31/08/2019

Data Emissão: 26/08/2019

Comarca: Joao Pessoa

Classe: ACAO POPULAR - CIVEL - 66

Promovente: José Edvan da Silva

Promovido: Lider Seguradora- DPVAT

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.009,60

Taxa: R\$ 0,00

Total da Guia: R\$ 1.009,60

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0810873-76.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE EDVAN DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, **informar sua profissão e juntar os documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, bem como juntar comprovante de residência em seu nome**, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018.

João Pessoa/PB, 25 de novembro de 2019.

JANDIRA RAILSON MEIRA
Técnico Judiciário



AO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.

Processo nº 0810873-76.2019.8.15.2003

JOSÉ EDVAN DA SILVA, **DESEMPREGADO**, residente e domiciliado na Rua **LEONEL DA SILVA COUTINHO, 190-B, NA LATERAL** Mangabeira II, João Pessoa-PB, CEP: 58.057-050, por intermédio de seus advogados e bastante procuradores, conforme procuração acostado nos autos, onde no tocante a eventuais notificações via postal, sejam enviadas para o endereço que se encontra no frontispício deste feito, vem, muito respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em estrita obediência ao ATO ORDINÁRIO sob Id. 26510093, apresentar MANIFESTAÇÃO, com as seguintes informações:

Douto Juízo, em estrita obediência ao ATO ORDINÁRIO sob Id. 26510093 no qual consta: "INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *informar sua profissão e juntar os documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, bem como juntar comprovante de residência em seu nome*", vem, o requerente informar sua atual situação social, assim como informar seu atual endereço.

No tocante a situação social do requerente este encontra-se **DESEMPREGADO** desde o mês de maio do corrente ano, conforme constata-se na CTPS acostada neste ato.

No que refere-se ao endereço deste, o mesmo reside em forma de alugueis de imóvel. Assim, diante desta peculiaridade, o endereço deste não mais é o inserto na Petição Inicial, devendo para todos os fins judiciais ser considerado o endereço abaixo descrito:

-Rua LEONEL DA SILVA COUTINHO, Nº 190-B, NA LATERAL, CEP: 58.057-050, MANGABEIRA II, JOÃO PESSOA/PB.

Desta forma, pugna o Requerente pela concessão do benefício da Justiça Gratuita, nos moldes do artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal de 1988.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 28 de novembro de 2019.

Rogério Silva Capistrano

OAB/PB 26.371



Advogado



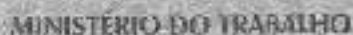
Falar com Central de Trabalho - 0 800 110004 pelo
celular. Presidente Celso Vargas, no endereço Rua Dorval
C. 23.688 no 2970, 04551-900, São Paulo, SP, e pelo telefone
011 3452-2144 ou 011 3452-2448, que atende a todos.
Neste documento obrigatório para o acesso a qualquer
empresa de utilidade pública.

[illegible]

El consumo de drogas es uno de los temas de la agenda social más debatida que existe en los países de América Latina y el Caribe. En los últimos años, el consumo de drogas se ha convertido en un problema de salud pública y de seguridad pública en muchos países de la región. El consumo de drogas es un fenómeno complejo que involucra a múltiples actores y factores. En este artículo, se analizará el consumo de drogas en los países de América Latina y el Caribe, se discutirán las causas y consecuencias del consumo de drogas, y se presentarán algunas estrategias para reducir el consumo de drogas.

Por sua importância, a lei deve proteger a família, pelo fato de ser a unidade básica da sociedade. A lei também garante a proteção ao Estado de Direito, pois, como assinala, a família é o primeiro passo para a formação do cidadão e de seus descendentes, sendo, portanto, também, o primeiro degrau da hierarquia social.

DOI: 10.1002/anie.200525183
 EFT: FLEWISCH, A.; BERNER, A.; GÜNTHER, R.

[illegible]

ACCEPTED FOR PUBLICATION 12/10/2015

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

X-6100-RTD

203.16203.37-5

4300019

0060

PB

zum Schauen der Erde



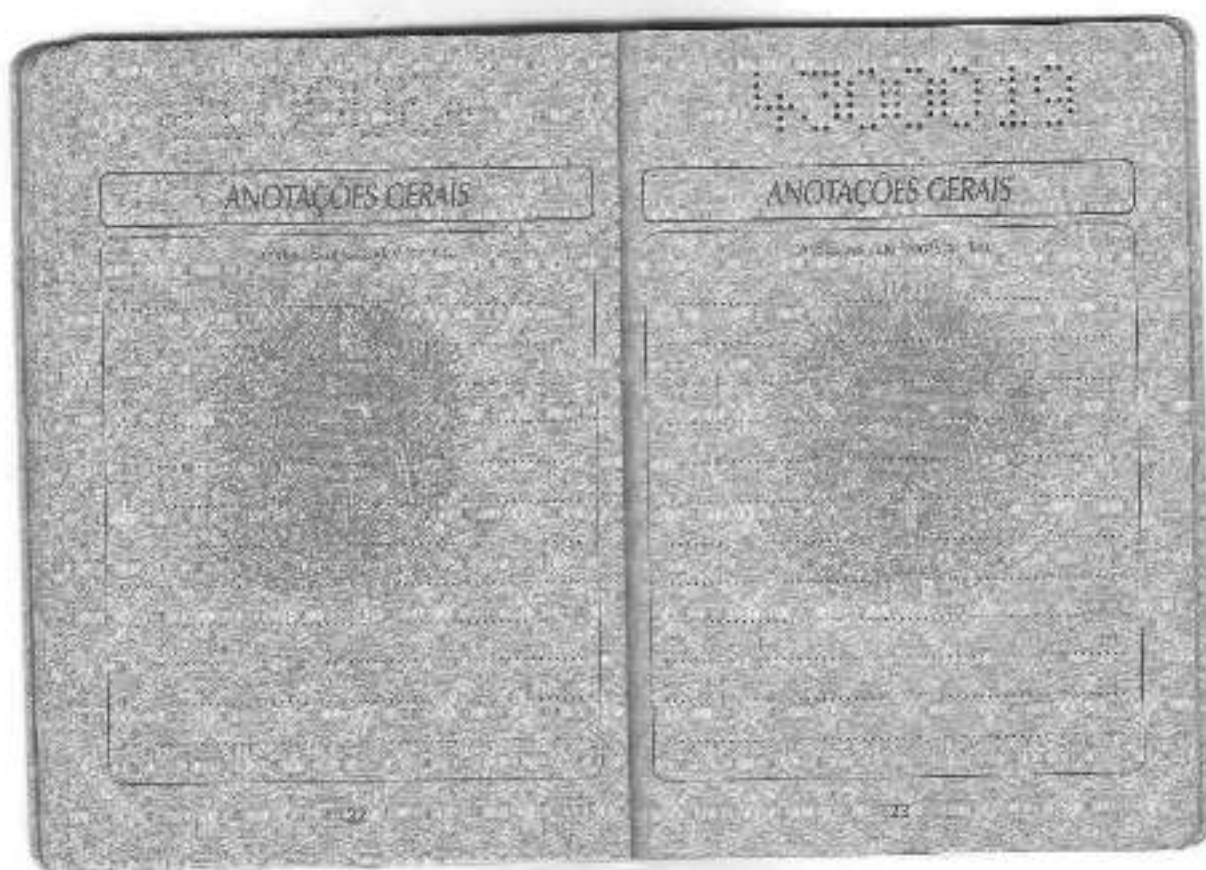






ANOTAÇÕES DE FÉRIAS	ANOTAÇÕES GERAIS
<p>DE _____ A _____</p> <p>PERÍODO _____</p> <p>DE _____ A _____</p> <p>PERÍODO _____</p> <p>DE _____ A _____</p> <p>PERÍODO _____</p> <p>DE _____ A _____</p> <p>PERÍODO _____</p> <p>DE _____ A _____</p> <p>PERÍODO _____</p>	<p style="text-align: center;">CONTRATO DE EXPERIÊNCIA</p> <p>Admitido em 23/11/2017 mediante contrato de experiência pelo prazo de 45 dias, podendo o mesmo ser prorrogado por mais _____ dias, conforme será acordado no termo de prorrogação do contrato de experiência assinado em separado por ambas as partes.</p> <p style="text-align: right;"><i>Sigivaldo de M. Borges</i></p> <p style="text-align: right;">BAR E RESTAURANTE ESPETUS ZONA SUL LTDA</p>







DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradalider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo.

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)

Capitals e regiões metropolitanas: 4070-1596 / Outras regiões: 0800-022-12-04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800-022-81-85 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800-022-12-05 | Central Clientes: 0800-071-91-95

Eu, João Pessoa da Silva
RG nº 3.555.323, data de expedição 07/03/2019
Órgão SSPS, CPF nº 718.472.224-80
venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço
em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito
seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	LEONEL DA SILVA GUTINHO
Número	190
Apto/Complemento	CASA B
Bairro	MANGUEIRA II
Cidade	JOÃO PESSOA
Estado	PARAIBA
CEP	58057050
Tel. de contato	083-98833-6423
E-mail	KIACHOME.KIACHA@GMAIL.COM

Por ser verdade, firmo-me

Local e Data: JOÃO PESSOA 28-11-2019
João Pessoa da Silva
Assinatura do Declarante





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0810873-76.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER]

AUTOR: JOSE EDVAN DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO SILVA CAPISTRANO - PB26371

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.



No caso, a parte promovente está desempregado e declarou não possuir condições de arcar com as custas do processo. Em contrapartida, observa-se que as custas iniciais importam em R\$ 1.010,95 (mil e dez reais e noventa e cinco centavos).

A afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade, e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário, o que inexistiu nos autos. Portanto, se mostra admissível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, nos termos do art. 98, do CPC, defiro a gratuidade judiciária.

O art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese entendimento anterior, na interpretação do texto legal, deve ser observado que a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. A formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em análise, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão de pedido feito no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo, sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante à realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o objeto a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Dessa forma, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Servirá esse despacho como mandado.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



ANEXO.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08108737620198152003

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE EDVAN DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexo causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez.

Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL

PENDÊNCIA DOCUMENTAL

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o *INTERESSE PROCESSUAL*.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.

Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.

(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30

(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.



DO MÉRITO

DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

O parágrafo 1º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74 é claro, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos.

Com efeito, verifica-se que a parte Autora deixar de apresentar o **registro da ocorrência policial, documento imprescindível para comprovação da ocorrência do acidente e do nexo de causalidade**.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373 do CPC.

Assim, merece a presente demanda seja julgada extinta com resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso I, da Lei Processual Civil.

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES SOBRE O SINISTRO NOS DOCUMENTOS MÉDICOS

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO.

Conforme se verifica nos documentos médicos, não ficou devidamente comprovado que as lesões aduzidas sejam decorrentes do sinistro noticiado, isto se observa uma vez que inexistem nestes documentos qualquer menção ao acidente ou até mesmo quanto ao socorro prestado.

Portanto, para que não pairasse qualquer dúvida sobre a autenticidade dos documentos médicos apresentados aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital, no qual foi prestado o primeiro atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

⁴ RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁶ “SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷ **art. 1º. (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
JOAO PESSOA, 22 de janeiro de 2020.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os braços ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento de senso de orientação espacial e/ou de livre deslocamento corporal; (c) perda completa de controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicas, abdominais, pélvicas ou infra-pélvicas causando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fala (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos braços, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (refinado cirúrgico) da bacia					

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE EDVAN DA SILVA**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08108737620198152003.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 23 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190427640

Vítima: JOSE EDVAN DA SILVA

Data do Acidente: 08/07/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ROBERIO SILVA CAPISTRANO

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JOSE EDVAN DA SILVA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14601529





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 23 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190427640

Vítima: JOSE EDVAN DA SILVA

Data do Acidente: 08/07/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ROBERIO SILVA CAPISTRANO

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), JOSE EDVAN DA SILVA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Declaração do Proprietário do Veículo não enviado(a), não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00813/00814 - carta_03 - INVALIDEZ

00070407



Carta nº 14601931



42 - Assinatura do beneficiário (decedente)



INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO PEDIDO DO SEGURO DPVAT

O formulário deverá ser preenchido (manuscrito ou eletronicamente) de forma completa e legível.
É importante o preenchimento de todos os campos específicos a cobertura pleiteada.

DADOS CADASTRAIS

01 a 16 Registro de informações cadastrais Preencher corretamente de acordo com a documentação.

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

17 Nome completo do Representante Legal Preencher com o nome completo do representante legal (pais, tutor ou curador) sem abreviatura ou erro de digitação.

18 CPF do Representante Legal Preencher com o número de inscrição do representante legal no CPF.

19 Profissão do Representante Legal Preencher com a profissão do representante legal. No caso de não possuir profissão, declarar: "não possui".

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE SOBRE REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR):

Deverão ser representados:

- Beneficiário/vítima com idade entre 0 e 15 anos pelos pais ou tutor, e o incapaz pelo curador. Neste caso, o formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário/vítima e assinado somente pelo representante legal (no campo 42).
- Beneficiário/vítima com idade entre 16 e 17 anos pelos pais ou tutor. Neste caso, o formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário/vítima e assinado pelo beneficiário/vítima (no campo 41) e seu representante legal (no campo 42).

DADOS BANCÁRIOS

20 Renda Mensal do Titular da conta Assinalar uma das opções relacionadas a renda mensal do titular da conta informada para crédito da indenização.

21 Dados bancários Assinalar a opção indicando "quem" é o titular da conta, o banco, agência e número da conta para o crédito da indenização.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE PARA CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO:

- O crédito da indenização somente será realizado em conta de titularidade da própria vítima/beneficiário. Não serão aceitas contas de terceiros, exceto em caso de pagamento para menores de 16 anos ou de pessoas incapazes, em que é admitida indicação de conta de titularidade do representante legal (pais, tutor ou curador).
- Em caso de devolução de crédito em decorrência de fornecimento incorreto de dados bancários, indicação de conta com limite de movimentação bancária, conta fácil e conta de benefício, será necessária a apresentação de novo formulário do Pedido do Seguro DPVAT, com indicação de novos dados bancários.

INVALIDEZ PERMANENTE

22 Declaração de Ausência de Laudo do IML Preencher somente para cobertura invalidez permanente. Assinalar a opção que melhor justifique a ausência de apresentação de Laudo do Instituto Médico Legal (IML).

MORTE

23 a 33 Declaração de Únicos Beneficiários A falta de preenchimento correto das informações invalidará o formulário.

NÃO ALFABETIZADO

34 Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado Apor a impressão digital da vítima/beneficiário não alfabetizado.

35 Nome legível de quem assina a rogo/a pedido Preencher com o nome da pessoa indicada pelo não alfabetizado para assinar a rogo/a pedido.

36 CPF legível de quem assina a rogo/a pedido Preencher com o número do CPF da pessoa indicada para assinar a rogo/a pedido.

37 Assinatura de quem assina a rogo/a pedido Assinar o formulário conforme assinatura do documento de identidade. Necessário reconhecer firma da assinatura.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE PARA BENEFICIÁRIO/VÍTIMA NÃO ALFABETIZADO:

- O não alfabetizado deverá escolher pessoa de sua confiança, alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o formulário, a seu rogo/a pedido, na presença de 02 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar fidedignidade do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura do Pedido do Seguro DPVAT.

TESTEMUNHAS

38 1ª testemunha Preencher com o nome completo e número do CPF e assinatura da 1ª testemunha.

39 2ª testemunha Preencher com o nome completo e número do CPF e assinatura da 2ª testemunha.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE PARA APRESENTAÇÃO DE TESTEMUNHAS:

- A apresentação de testemunha é imprescindível para a cobertura de morte e para beneficiários/vítimas não alfabetizados.

ASSINATURAS DO FORMULÁRIO

40 Local e Data Preencher indicando o local e a data de preenchimento do formulário.

41 Assinatura da vítima/beneficiário (declarante) Assinatura da vítima/beneficiário da indenização conforme documento de identidade.

42 Assinatura do Representante legal (se houver) Assinatura do representante legal (pais, tutor, curador) conforme documento de identidade.

43 Assinatura do Procurador (se houver) Assinatura do procurador devidamente nomeado.

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguredorailiditor.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:
Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios): Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04 / Das 8h às 20h
SAC (para dúvidas e reclamações) todos os dias da semana, 24h: 0800 022 8189
SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 17 06
Ouvidoria: 0800 021 91 35





SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 04664.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 04664.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 10:21 horas do dia 02 de maio de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu José Edvan da Silva, CPF nº 718.472.224-80, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Porteiro, filho(a) de Edileuza Pereira da Silva e José Santiago da Silva Filho, nascido(a) em 20/02/1989 (30 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Julho Geraldo de Souza, Nº 229, complemento II, bairro Mangabeira, tendo como ponto de referência Próximo Ao Antigo Posto Texaco, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98835-6423.

Dados do(s) Fatos:

Local: Avenida Doutor Euclides Neiva, Aéc, João Pessoa/PB, bairro Mangabeira; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 08/07/18 21:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE NO DIA 08/07/2018, POR VOLTA DAS 21:30, ESTAVA GUIANDO A MOTOCICLETA HONDA TORNADO DE COR VERMELHA, ANO 2001, PLACA MNN-2042/PB, CHASSI 9C2MD34002R005587, REGISTRADA EM NOME DE PAULO VITOR DOS SANTOS FILHO, NA AVENIDA DOUTOR EUCLIDES NEIVA, MANGABEIRA IV, NESTA CAPITAL, QUANDO COLIDIU EM UM VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO COLIDIU NESTE NOTIFICANTE E EVADIU-SE DO LOCAL EM SEGUIDA SEM PRESTAR SOCORRO A ESTE NOTIFICANTE; QUE FOI SOCORRIDO POR UMA AMBULÂNCIA DO SAMU AO COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO COM CID S82.5 + S82.6, CONFORME LAUDO MÉDICO ASSINADO PELO DR. VALDEBAN DE S. C. JUNIOR.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 02 de maio de 2019.

Jose Rodrigues da Silva Junior
JOSÉ RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Agente de Investigação

Jose Edvan da Silva
JOSÉ EDVAN DA SILVA
Noticiante

RECEBIDO

08 JUL 2019

Seguradora Lider DPVAT

Procedimento Policial: 04664.01.2019.1.00.401

1/1





Ato



Comprovação de ato declaratório

FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: 1970 Gilda da Silva Data da Admissão: 28/07/18
Prontuário: _____ Idade: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____
Nome da Mãe: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Fone: _____ Profissão: _____
Sexo: F () M () Cor: _____ Estado Civil: _____ Religião: _____
Escolaridade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

OPD: 201 5 5200 0 - 0-2 D NO 0312070
IDA: PR VITUA DE ACIDOTICO AUTOMATICO
GR 202 5 0312070 0 - 0-2 D
GR FOMENTO 0 - CALAMAR D.

Medicações em uso: _____

Interrogatório Sintomatológico:

General: ☐ Febre ☐ Astenia ☐ Anorexia ☐ Perda de Peso _____ Kg em _____ ☐ Prurido ☐ Sudorese
☐ Calafrios ☐ Alopecia ☐ Adenomegalias ☐ Icterícia ☐ Tonturas ☐ Outros: _____

Pele: _____

Cabeça e Pescoço: ☐ Cefaléia ☐ Espirros ☐ Rinorréia ☐ Obstrução Nasal ☐ Epistaxe
☐ Dor de Garganta ☐ Bócio ☐ Rouquidão ☐ Disfagia Audição: _____ Visão: _____

AR e ACV: ☐ Dor _____ ☐ Tosse ☐ Expectoração ☐ Hemoptise
☐ Dispneia ☐ Palpitações ☐ Desmaio ☐ Cianose ☐ Edema _____ Outros: _____

ABD: ☐ Dor _____ ☐ Pirose ☐ Solução ☐ Regurgitação ☐ Hematemese ☐ Náuseas
☐ Vômitos ☐ Dispepsia ☐ Diarréia ☐ Melena ☐ Enterorragia ☐ Constipação ☐ Aumento de volume

AGU: ☐ Disúria ☐ Incontinência ☐ Retenção ☐ Poliúria ☐ Oligúria ☐ Noctúria ☐ Hematúria
☐ Mal Cheiro ☐ Corrimento ☐ Outras: _____

SME: ☐ Dor _____ ☐ Rigidez pós-reposou ☐ Deformidades
☐ Artralgia ☐ Calor ☐ Rubor ☐ Edema ☐ Crepitação ☐ Fraqueza ☐ Atrofia ☐ Espasmos

SN e PSQ: ☐ Insônia ☐ Sonolência ☐ Convulsões ☐ Motricidade e Sensibilidade
☐ Amnésia ☐ Libido ☐ Humor

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Antecedentes Pessoais e Hábitos:

Doenças Anteriores: _____

Alergias: _____

Cirurgias: _____

[] HAS [] DM [] TB [] HEP [] Dislipidemia [] Banho de Rio [] Casa de Taipa

[] Trauma [] Neo [] Tabagismo

[] Alcoolismo

Exercício Físico: _____ Alimentação: _____

Antecedentes Familiares:

HAS _____ DM _____ TB _____ NEO _____

Dislipidemias _____

Exame Físico:

Peso: _____ Kg Altura: _____ m IMC = _____ PA = _____ mmHg

FC = _____ FR = _____ TEMP(°C) = _____

Geral: _____

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): _____

Gânglios: _____

Pele: _____

ACV: _____

AR: _____

ABD: _____

AGU: _____

SME: _____

SN: _____

Resultados de Exames Complementares: _____

Hipóteses Diagnósticas:

Fr. Hxag 25 T-2 D Simovim

Conduta:

*10/2/2020 Início + Soro
Início + Início PISOCIN*



Declaração de Inexistência de IML



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima JOSÉ EDVAN DA SILVA CPF da Vítima 718.972.224-80 Data do Acidente 08/07/2018

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal ROBÉRIO SILVA CAPISTRANO CPF do Representante legal 008.261.154-89
Email roberiocapistrano.adv@gmail.com Telefone (DDD) (83) 9.8803-0309
Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

JOÃO PESSOA 12 de JUNHO de 2019

Local e Data

7/9 [Assinatura] [Assinatura]
Assinatura do Beneficiário Assinatura do Representante Legal
DALI.001 V001/2017
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
DR. ROQUEIRO SILVA CAPISTRANO
Tel.: (51) 2106-2206/2207-7453
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
DR. ROQUEIRO SILVA CAPISTRANO
Tel.: (51) 2106-2206/2207-7453



Num. 27797956 - Pág. 9

100-443887-1



CAGEPA

INFORME ESTE MÓDULO

N-ATR[CUL4]

~~157304~~

1052

21222577

MODIFICACIÃO DE DÍGITOS

ROBERIO SILVA CAPISTRANO
RUA DR EUCLIDES NEIVA DE OLIVEIRA, 2387 -
MANGABEIRA JOAO PESSOA PB 58057- 000

Inscrição	SM?	Quantidade de Economias				Responsável
		Nacional	Secundária	Local	Distrito	
001-084-355-0333-000	00/0	0	0	0	0	
Hidrometro	Data de instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
001-084-355-0333-000	00/0	0	0	0	0	

Consta(m) em nossos registros pendência(s) de pagamento de conta anterior(es). Conforme previsto na Lei Federal 11.445, essa(s) pendência(s) sujeita(m) o usuário a suspensão no fornecimento de água. Caso o débito já tenha sido quitado, há mais de 5 dias, desconsidere este aviso.

Para demais informações, entre em contato com a CAGEPA pelas lojas de atendimento ou pela central telefônica de atendimento (115), gratuitamente.

REF.	VENCIMENTO	VALOR(R\$)	REF.	VENCIMENTO	VALOR(R\$)
ABR/2019	04/05/2019	278,74			
MAI/2019	04/06/2019	257,08			

CERTIFICO E DOU FÉ, SOB AS
PENAS DA LEI, QUE A PRESENTE
FOTOCÓPIA, CONFERE COM O
ORIGINAL APRESENTADO PERANTE
ESTE ADVOGADO

ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA
Dr. Roberto Silva Capistrano
OAB/PE 20.812
Tel. (83) 8300-0309/9236-7065

EMISSÃO:

22/06/2019

Total a Pagar:

R\$ 535,82



MATRÍCULA	N DO OSP	EMISSION	TOTAL A PAGAR
-----------	----------	----------	---------------

927384	21232577	22/06/2019	R\$ 535,82
--------	----------	------------	------------

82650NNH0015 2 35820H100H1 6 00H02738402 4 12325771215 8





DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradorelider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)

Capitais e regiões metropolitanas: 0800-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA, CAPITALIZAÇÃO E RESSEGURO. ² CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, TEM POR FINALIDADE DISCIPLINAR, APLICAR PENAS ADMINISTRATIVAS, RECEBER, EXAMINAR E IDENTIFICAR AS OCORRÊNCIAS SUSPEITAS DE ATIVIDADES ILÍCITAS PREVISTAS NA LEI Nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu ROBERTO SILVA CAPISTRANO

Inscrito (a) no CPF/CNPJ 008.261.157, 89, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário

JOSÉ EDVAN DA SILVA Inscrito (a) no CPF sob o nº 318.472.224, 80

do sinistro de DPVAT cobertura _____ da Vítima JOSÉ EDVAN DA SILVA

Inscrito (a) no CPF sob o nº 318.472.224, 80, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

Declaro Profissão: ADVOGADO Renda: 5.000,00 e apresento os documentos comprobatórios:

☐ Recusa Informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado. Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço: <u>RUA DOUTOR EUCLIDES MEIRA DE LIMA</u>	Número: <u>2387</u>	Complemento: <u>SALA 2</u>
Bairro: <u>MANGABEIRAS II</u>	Cidade: <u>JOÃO PESSOA</u>	Estado: <u>PB</u>
E-mail: <u>robertocapistrano.adv@gmail.com</u>	CEP: <u>58.057-000</u>	Tel.(DDD): <u>(83) 8803-0309</u>

Local e Data: JOÃO PESSOA, 12 DE JUNHO DE 2019

[Assinatura manuscrita]
 ADVOCADO RESPONSÁVEL TÉCNICO
 DR. ROBERTO SILVA CAPISTRANO
 (OAB/PB 201.157)
 Tel. (83) 8803-0309
 Declarante





DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradoralider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)

Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

Declaração do proprietário do veículo



Eu, PAULO VITOR DOS SANTOS FILHO

RG nº 3108630, data de expedição 1/1/

Órgão SSP/PB, portador do CPF nº 075.554.084-06

com domicílio na cidade de JOÃO PESSOA, no Estado de

PARAÍBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

R. ALBERTINA CABRAL DANTAS, nº 71

complemento X, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima

JOSÉ EDVAN DA SILVA, cujo o condutor era

JOSÉ EDVAN DA SILVA

Veículo: MOTO-HONDA Modelo: XR-250-TORNADO Ano: 2001/2002

Placa: MAN-2042^{PB} Chassi: 9CZMD34007R005587

Data do Acidente: 08/07/2018

Local e Data: JOÃO PESSOA, 08/10/2019

x Paulo Vitor dos Santos Filho
Assinatura do Declarante

x José Edvan da Silva
Assinatura do Condutor
(caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)





Documentação médico - hospitalar

Complexo Hospitalar
MANGABEIRA

LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA					
NOME <i>Edison</i> JOSE BRUNO DA SILVA			PRONTUÁRIO Nº		
IDADE 29anos	SEXO MASC	COR	CLÍNICA Ortopedia	ENF. 24	LEITO: 40
DATA DE ADMISSÃO: 09/07/2018		DATA DE ALTA 21/07/2018		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fratura do Maléolo Lateral e Medial do tornozelo Direito</i>					CID S82.5 + S82.
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO <i>O mesmo</i>					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES <i>Rx de tornozelo demonstrando solução de continuidade óssea de maléolo lateral e Medial</i>					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
AN: 11A PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO			COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO		
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÕES DE ALTA (X) MELHORADO () REMOVIDO () A PEDIDO () CURADO ()					
ÓBITO					

RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

Paciente portador(a) de fratura de maléolo lateral e medial foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de osteossíntese com placas e parafusos. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

REPOUSO: Relativo em casa por 15 dias.

Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.

Retorno às atividades com esforço físico leve em 45 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:

Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: Ciprofloxacina e Profenid

RETORNO: Ao posto de saúde em 21 dias.

Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 21 dias para revisão dr. AUSSON

21/07/2018

DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME		PRONTUÁRIO Nº	
100	Edson da Silva		
IDADE	SEXO	COR	CLÍNICA
29	Mas		
DATA DE ADMISSÃO	DATA DE ALTA	TEMPO DE PERMANÊNCIA	
09/11/18	21/11/18		
DIAGNÓSTICO INICIAL		CM	
Fx de TNE P		S2, S5 + S8	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO			
OUTROS DIAGNÓSTICOS			
PRINCIPAIS EXAMES			
Rx			
PROCEDIMENTO REALIZADO:			
TERAPIA MÉDICAMENTOSA			
ANATOMIA PATOLÓGICA			
INFECÇÃO F.O.		COLETA DE MATERIAL	
<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
RESULTADO BACTERIOLOGIA			
CONDIÇÃO DE ALTA		ÓBITO	
MELHORADO		CURADO	
REMOVIDO		A PEDIDO	

RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

Vit. em tratamento de TNE @ submetido a tratamento cirúrgico com osteotomia com placa angular. Resultado: alta com boa evolução clínica.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA:

REPOUSO: Relativo em casa por _____ dias.
Retorno às atividades sem esforço físico em _____ dias.
Retorno às atividades com esforço físico leve em _____ dias e com esforço maior em _____ dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lave-a com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA:

RETORNO Ao posto de saúde em _____ para retirada de pontos.
Ao Ambulatório do _____ em 30 dias para revisão.

21/11/18
DATA

Dr. Edson da Silva
Médico
CRM

ASS. MÉDICO / CRM

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar
Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY

RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N

58050-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

FAX: ()

CNPJ:

Ficha Nr: 142877

Atd: Nao Regi

Data: 08/07/2018

Hora: 22:18:27

Recepcionista: GIULIANA DE MENEZES

Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1

Nome: JOSE EDVAN DA SILVA

Num. Prontuario: 2018.07.000949

CNS: SEM CNS Sexo: M SEM DOCUMENTO: SD Fone: 988356423

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 20/02/1989 Id: 29 ano(s)

End.: RUA JOSE GOMES AMARANTES, 0

Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: EDLEUZA PEREIRA DA SILVA

Pai: EDNALDO PEREIRA DA SILVA

Raca: BRANCA Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: SEGURANCA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: JOSE EDVAN DA SILVA

Tel/Doc. Responsavel: 988356423 / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: VITIMA DE COLISAO MOTO +CAMINHAP HJ AS

Vitima de violencia por: 21:00, EM MANGABEIRA

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA:

FR:

[] Aparentemente Bem [] Grave

FC:

TP:

[] Politraumatizado [] Convulsao

Peso:

Altura:

[] Hemorragia [] Dispneia

Glicemia:

IMC:

[] Diarreia [] Agitado

Circ. Abd:

O2%:

[] Regular [] Chocado

[] Vomito

Queixa Principal

Observacao

CC: SAO CARRO X MOTO. TRAUMA EM MID.

SAMU

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente vítima de colisão entre carro e o capacete apresentando dor e o
unidade em MID. Não perde da consciência ou vômito. Glasgow 15.
Alergia: não. Alérgico: não. Tórax: NDV

Diagnostico

CD: Atendimento Insuficiente

Rx de Tornozelo e Perna + Avaliação de ortopedia

Prescrição

Ata da An. F. M. e P. da medicação

Dipirona 1g + AD, EV, agora.

Dr. Suelio Moreira Torres

Dr. Suelio Moreira Torres

Dr. Suelio Moreira Torres

Dr. Suelio Moreira Torres



Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtd	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao
-----	--------------	------	---------	----------

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ liberacao

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

[] Residencia [] Transferido [] Desistencia [] UTI
[] Alta a pedido [] Enfermaria Obito: [] Atestado [] SVO [] IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

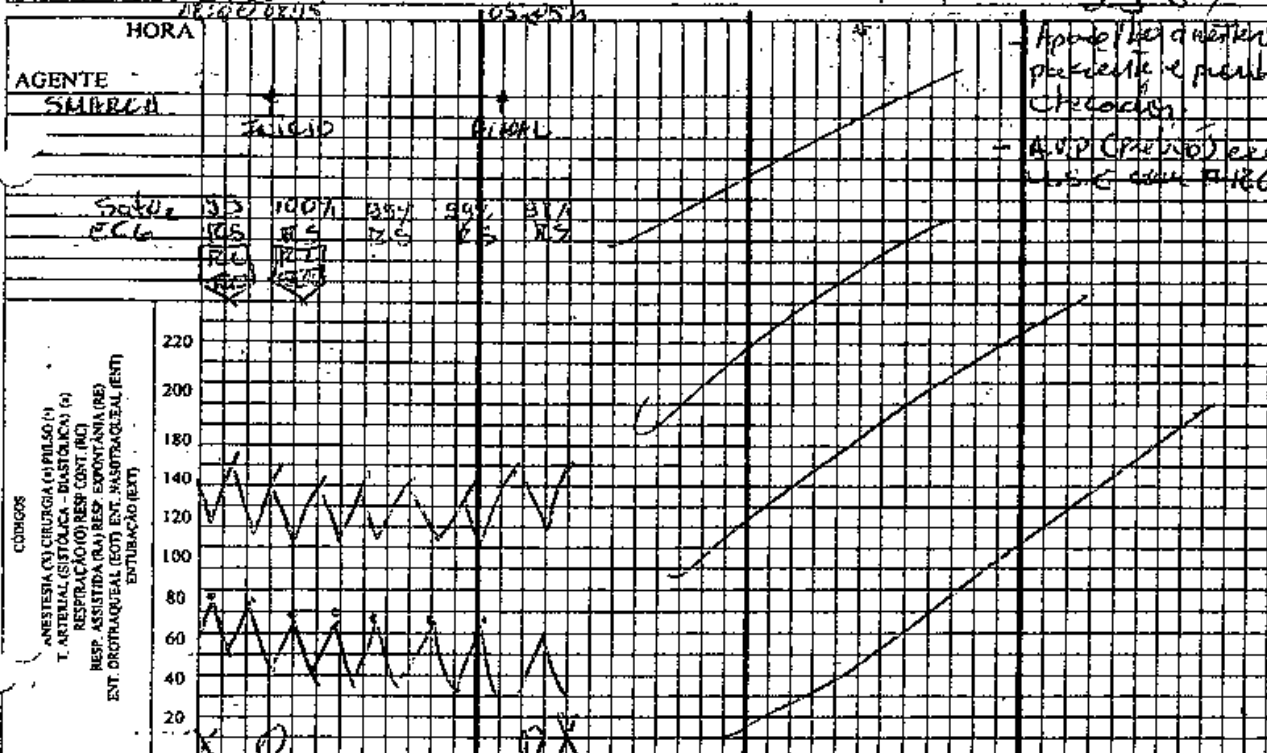
Assinatura e Carimbo do Medico





FORMULÁRIO DE ANESTESIA

NOME	JOSE EDUARD DA SILVA			DATA	20/02/18		
ESTADO CIVIL	Solt. <input type="checkbox"/> Cás. <input type="checkbox"/> Vuv. <input type="checkbox"/> Desq. <input type="checkbox"/>	SEXO	Masc. <input checked="" type="checkbox"/> Fem. <input type="checkbox"/>	COR	BR <input type="checkbox"/> PO <input type="checkbox"/> PT <input type="checkbox"/>	PROFISSÃO	IDADE
ENDEREÇO	Av. (Rua)						
HOSPITAL	ORTOTRAUMA DE MANGABEIRA					CATEGORIA	A-5A.T.
AIH <input type="checkbox"/> CP <input type="checkbox"/> MAT <input type="checkbox"/> COD <input type="checkbox"/> INSC <input type="checkbox"/> GIH <input type="checkbox"/> OUTRAS <input type="checkbox"/>							
DIAGNÓSTICOS	PRAT. TNE D.						
OPERAÇÃO REALIZADA	TRAT. CIRURGICO DE PRAT. TNE						
CIRURGIÃO	DR. ALISSON			AUXILIAR	DR. ROBERTO ALMEIDA		
INÍCIO ANESTESIA	08:00h		TERMINO DA ANESTESIA	09:10		DURAÇÃO DA ANESTESIA	1:10 (70')
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO			QUANT. DE US (PONTOS)			VALOR R\$	
DR. NEULETTE	CPF		CRM-PB		5584		



ANESTESIA GERAL <input type="checkbox"/> RAQUIDIANA <input checked="" type="checkbox"/> EPIDURAL <input type="checkbox"/> BLOQ. PLEXO <input type="checkbox"/> BLOQ. NERVOS <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/>	
TÉCNICA Paciente sentada, monitorando (PARI, SAT, ECG), cateterismo + cateterismo local com 1% local 100. Puncção mediana no nível L3-L4 com agulha 25G BUCKER, ligadura,	
MEDICAMENTOS GASTOS NO ATO ANESTÉSICO	
1 BUPROPIONA 150 mg - 16 mg	6 MIDAZOLAM - 3 mg
2 MORFINA 0,1 mg - 80 mg	7 FENTANYL - 80 mcg
3 CLORALHIDRATO - 15	8
4 DDA MATHSONIA - 10 mg	9
5 GADOLSETRONA - 8 mg	10
OBSERVAÇÕES Início. Injeção (1+1)	



FICHA DE ADMISSÃO DA SRPA

Paciente: _____ Pront.: _____ Data: _____
 Hora da admissão: _____ Hora da alta: _____ Enfermeiro: _____
 PA. na admissão: _____ PA. na alta: _____ Téc. Enf.: _____

PARÂMETROS	PONTOS	ADMISSÃO	1 H	2 H	3 H
CONSCIÊNCIA					
ACORDADO	2	2	2	2	2
RESPONDENDO AO CHAMADO	1				
NÃO RESPONDENDO	0				
RESPIRAÇÃO					
CAPACIDADE DE RESPIRAR PROFUNDAMENTE OU TOSSIR	2	2	2	2	2
DISPNEIA	1				
APNÉIA	0				
CIRCULAÇÃO					
PA VARIANDO ATÉ 20% DO NÍVEL HABITUAL	2	2	2	2	2
PA VARIANDO DE 20% A 50% DO NÍVEL HABITUAL	1				
PA SUPERIOR A 50% DO NÍVEL HABITUAL	0				
ATIVIDADE MUSCULAR					
MOVIMENTO MUSCULAR DAS EXTREMIDADES	2	2	2	2	2
MOVIMENTO MUSCULAR DE	1				
AUSÊNCIA DE MOVIMENTO	0				
COLORAÇÃO DA PELE					
ROSADO, QUENTE	2	2	2	2	2
PALIDO, TERROSO, ICTÉRICO	1				
CIANÓTICO	0				
TOTAL		10	10	10	10

INTERCORRÊNCIAS	MEDICAÇÃO	HORÁRIO	ASSINATURA
Atividade 15.8			
10.40.10.10			

(Handwritten signature/initials)

Anestesiologista





MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NA SALA DE CIRURGIA

NOME: Jose Robinson da Silva PRONT: _____
Tipo de Cirurgia: Proct. Cirurg. FN?
Cirurgião: Dr. Piusson 1º Auxiliar: Dr. Roberto Almeida
2º Auxiliar: _____ Instrumentador(a): Dr. R. R. R.
Anestesista: Dr. Neto Leite Tipo de Anestesia: Rogue
Início: 08:00 Término: _____ Duração: _____

MEDICAMENTO	Q.	MEDICAMENTO	Q.	MATERIAL	Q.
Adrenalina (amp.)		Oxido nitroso (N ₂ O)		Escalpe	
Água dest. (amp.)		Oxigênio (O ₂)	<u>3 Litros</u>	Esparadrapo	
Aminofilina (amp.)		Pancuron (amp.)		Esparadrapo hipod.	
Atropina (amp.)		Plasil (amp.)		Fio de algodão	<u>me 0</u>
Bicarbonato de sódio (amp.)		Propofol (amp.)		Fluxor artrosc.	
Bupivacaína 0.5 % (fr.)		Prostigmine (amp.)		Gorro descartável	
Bupivacaína 0.75 % (fr.)		PVPI deger.		Lamina de bisturi	<u>nº 24</u>
Captopril (compr.) 12.5 mg		PVPI tintura	<u>1000 ml</u>	Lamina gilete	
Cedilanide (amp.)		Quclifcin (amp.)		Luvas de procedimentos	
Cloreto cálcio (amp.)		Rapifen		Luvas estéreis (par)	<u>8.50</u>
Cloreto potássio (amp.)		Revivam (amp.)		Malha tub 10 cm	
Clorhexidina 2%		Rocefin 1g (amp.)		Mascara descartável	
Cloridrato de tramadol		Sevocris		Mononylion	<u>20</u>
Cloridrato nalorfina (amp.)		Sol. Ringer c/ lact. 500 ml	<u>1</u>	Propé descartável	<u>02</u>
Decadron (amp.)		Soro fisiológico 1000 ml	<u>1</u>	Serin. descartável 1 cc	
Dexametazona (amp.)	<u>1</u>	Soro fisiológico 500 ml	<u>1</u>	Serin. descartável 10 cc	<u>02</u>
Diazepam (amp.)		Soro glicosado 500 ml	<u>1</u>	Serin. descartável 20 cc	
Dimorf (amp.)		Sulo-cortef 500 mg		Serin. descartável 5 cc	<u>1</u>
Dipirona (amp.)	<u>1</u>	Fenitoína sódica		Sonda Foley	
Dolantina (amp.)		Tilail (amp.)		Sonda nasogastrica	
Dolosal (amp.)		Voltaem (amp.)		Sonda uretral	
Dormonid (amp.)	<u>1</u>			Vicryl	<u>20 L</u>
Efortil (amp.)					<u>02</u>
Fier					
Ibomidato					
Fenergan (amp.)		Abbecath ou Gelco		TAXA/EQUIPAMENTO	
Fenocris		Aciflex		Artroscopia	
Fentanil	<u>1</u>	Água oxigenada		Aspirador elétrico	
Flumazenil		Aguilha desc. p/ raque	<u>25</u>	Bisturi elétrico	
Glicose (amp.)		Alcool iodado	<u>70%</u>	Intensif. de Imagem	
Haloperidol		Atad. Gessada Cremer/Jonson		Monitor	<u>1</u>
Halothano (fr.)		Atadura algodão 20 cm		Oxímetro pulso	
Hidrocortisona 500 mg		Atadura de crepom 15 cm		Perfurador elétrico	
Isoforane ml		Bola de algodão		RX	<u>11</u>
Kanakion (amp.)		Bolsa de colostomia			
Kefazol (fr.)	<u>1</u>	Camisa p/ microscópio		PRÓTESE - SÍNTESE	
Keflin (amp.)		Cateter p/ oxigênio	<u>1</u>	Fio de Steimann	
Ketalar (fr.)		Cateter p/ peridural		Fio de Kirschner	
Lasix (amp.)		Cateter p/ subclávia		Hemodreno	
Lidocaina 2%		Catgut cromado		<u>ex 35</u>	
Lidocaina 2% (geléia)		Catgut simples		<u>2000 1/2 tubula</u>	
Neocaina 5% pes. (amp.)	<u>1</u>	Catgut simples agulhado		<u>8 Linhas</u>	<u>01</u>
Liquemize		Cera óssea		<u>Reduzidos com 1/4</u>	<u>02</u>
Meildopa (compr.)		Coletor urina fechado		<u>16</u>	<u>01</u>
Metronidazol 500 mg		Compressa cirúrgica		<u>esponja 18</u>	<u>03</u>
Midazolam		Compressa gaze	<u>14</u>	<u>40</u>	<u>01</u>
Narcan		Dreno de Kher		<u>45</u>	<u>01</u>
Neocaina 0.5 % hipb (amp.)		Dreno penrose		<u>casaca</u>	<u>01</u>
Neocaina 0.5 % isob (amp.)		Eletrodo desc.			
Nilperidol		Equipo macro	<u>1</u>		
		Equipo micro	<u>01</u>		

Data: 30/01/2018

Rapaela Castro
ENFERMEIRA
Assinatura e Carimbo

Chauvinista
CIRCULANTE
Assinatura e Carimbo

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/A, CEP: 55056-304, Mangabeira II, João Pessoa - PB





RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS

NOME: José Edson de Moura

Louso Médico

Atesto para os devidos fins que o paciente supracitado apresenta Dor e limitação da Mobilidade em Tornozelo Direito que foi operado neste Hospital há 6 meses e precisa de golos de abastecimento de suas atividades momentâneas no resumo de tratamento.

Suelio F. A. Vieira
Ortopedia - Traumatologia e Cirurgia
CRM-PB 69.130 CRM-PE 17506
2807 12614

01/03/19



LAUDO MÉDICO



RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS

NOME: José Edvan de Silva

Paciente submetido
a tratamento cirúrgico
de torção do joelho
aproximadamente 1 mês.
Evolui com Dor de
noite e protusão em
condrologia, neces-
sitando repouso e pos-
tamente de seus joelhos
por 10 dias.

- Em caminhada a
fisioterapia -

CIO- 582.

Dr. Alisson F. F. Vieira
Ortopedia - Traumatologia
CRM-PE 69191/2014 DE 17608
580712814

Assinatura e Carimbo

24-08-2018



LAUDO MÉDICO



RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS

NOME:

José Edvan da
Silva

Paciente submetido a
tratamento cirúrgico
de ruptura do torn-
zelo dir. L.A.T. Sin.
Apresenta dor, edema
e restrição de A.M.
Segue em fisioterapia
Sugiro manter afast-
mento mais 60 (ses-
senta dias)

582

14/12/19

Assinatura e Carimbo
Dr. Wilson F. F. Vieira
Ortopedia - Traumatologia
CRM-SP 49130 CRM-DE 17606
SUS 1251A





CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: Jose Edvan

DATA DO ATENDIMENTO: 20/07/18

Nº PRONTUÁRIO: _____ O FICHA: _____

MÉDICO (CARIMBO): Alisson

DIAGNÓSTICO: Ex tunc

PROCEDIMENTO: _____

PAFC

SEMPRE QUE RETORNAR AO HOSPITAL É
NECESSÁRIO APRESENTAR ESTE CARTÃO.





CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: Jose' Edilson
da Silva

RG: _____

DATA DE ATENDIMENTO: 8/9/18

Nº PRONTUÁRIO: 19

MÉDICO: Kaysa

DIAGNÓSTICO: _____

PROCEDIMENTO: Fusão

SEMPRE QUE RETORNAR AO SERVIÇO É
OBRIGATÓRIO APRESENTAR ESTE CARTÃO.

CONTATO: 3239-1221





ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que a pedido do(a)
Sr.(a) Jose Edson da Silva portador(a) da
identidade RG _____, que o(a) mesmo(a)
foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às _____ horas, portador(a) da
patologia CID-10 S82.5 + S82.6 devendo permanecer afastado(a)
de suas atividades laborativas por um período de 60
seisenta dias, a partir desta data.

João Pessoa, 9/7/18

Dr. Voldean de S. C. Júnior
Médico
CRM 17662

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo o(a)
Dr.(a) _____, a registrar o diagnóstico
codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Rua Ag. Rival José Costa Duarte, 691, CEP 58050-354, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME		PRONTUÁRIO Nº	
Rosa Edson da Silva			
IDADE	SEXO	COR	CLÍNICA
29	Mas		
DATA DE ADMISSÃO	DATA DE ALTA	TEMPO DE PERMANÊNCIA	
09/7/18	21/7/18		
DIAGNÓSTICO INICIAL		CM	
Fx do TVE P		SRLS + SSG	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO			
Ombro			
OUTROS DIAGNÓSTICOS			
PRINCIPAIS EXAMES			
Rx			
PROCEDIMENTO REALIZADO:			
TERAPIA MEDICAMENTOSA			
ANATOMIA PATOLÓGICA			
INFECÇÃO F.O.		COLETA DE MATERIAL	
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
RESULTADO BACTERIOLOGIA			
CONDIÇÕES DE ALTA			
<input type="checkbox"/> MELHORADO	<input type="checkbox"/> REMOVIDO	<input type="checkbox"/> A PEDIDO	<input type="checkbox"/> CURADO
<input type="checkbox"/> ÓBITO			

RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)
Paciente com fratura de TVE P submetida a fixação com placas e parafusos com osteossíntese com placa, parafusos. Resultado satisfatório com boa evolução clínica.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: _____
REPOUSO: Relativo em casa por _____ dias.
Retorno às atividades sem esforço físico em _____ dias.
Retorno às atividades com esforço físico leve em _____ dias e com esforço maior em _____ dias.
CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavar com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: _____

RETORNO Ao posto de saúde em _____ para retirada de pontos.
Ao Ambulatório do _____ em 30 dias para revisão.
DATA: 21/7/18
Assinatura: _____
Médico
CRM: _____
Ass. MÉDICO / CRM
Este documento destina-se à comprovação do atendimento hospitalar.
Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.





CARTÃO DE RETORNO

Paciente: JOSE EDSON DA SILVA
Médico: Dr. ALISSON
Data 1º atendimento: 09/07/2018
HD: FX LX DE TORNOZELO D
CD: RAFI

RETORNOS		ASSINATURA
DATA	HORA	

Agendar 1º retorno em 15 DIAS ou o mais próximo

03/08/18

08:30hs.





P/ JOSE EDSON DA SILVA

R

Uso Oral

1) Ciprofloxacina (500mg) 01CX
(Comprimido)

Tomar 01 comprimido por via oral de 12/12 horas por...
(07) dias.

2) Profenid (100mg) 01 CX
(Cetoprofeno)

Tomar 01 comprimido de 12/12 horas, se dores



Dr. Toldean de S. E. Junior
Médico
CRM 7697

João Pessoa, 21 de julho de 2018

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGISTRO GERAL	3.353.323 -2 VÍ	DATA DE EXPEDIÇÃO	07/03/2019
NOME JOSÉ EDVAN DA SILVA			
FILIAÇÃO JOSÉ SANTIAGO DA SILVA FILHO EDILEUZA PEREIRA DA SILVA			
NATURALIDADE	RECIFE-PE	DATA DE NASCIMENTO	20/02/1989
DOC ORIGEM	NASC.N. 21798 FLS. 233 LIV. A-18 CARTORIO RECIFE-PE		
CPF	123.456.789-01		
Assinatura do titular		Assinatura do titular	
LEI Nº 7.115 DE 20/06/83		CARTEIRA DE IDENTIDADE	

<p>VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO</p> <p>emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil</p> <p>às 09:02:00 do dia 20/03/2019 (hora e data de Brasília)</p> <p>digito verificador: 80</p>  <p>CÓDIGO DE CONTROLE B971.8278.CCA1.FBA4</p>	<p>Ministério da Fazenda Receita Federal COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF</p> <p>Número 718.472.224-80</p> <p>Nome JOSE EDVAN DA SILVA</p> <p>Nascimento 20/02/1989</p>
---	---

Documentos de Identificação



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
TÍTULO ELEITORAL		IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA	
NOME DO ELEITOR JOSE EDVAN DA SILVA			
DATA DE NASCIMENTO 20/02/1989	Nº INSCRIÇÃO 0485 3373 1244	ZONA 070	SEÇÃO 0388
MUNICÍPIO / UF JOAO PESSOA/PB		DATA DE EMISSÃO 11/03/2019	
Assinatura do impressor digital do eleitor		Assinatura do titular	
Assinatura do impressor digital do eleitor		Assinatura do titular	



15/07/2019



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 008.261.154-89

Nome: ROBERIO SILVA CAPISTRANO

Data de Nascimento: 19/09/1980

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: 18/07/1997

Digito Verificador: 00

Documentos de Identificação



Comprovante emitido às: 08:53:51 do dia 15/07/2019 (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: 343B.F73E.EA58.8634



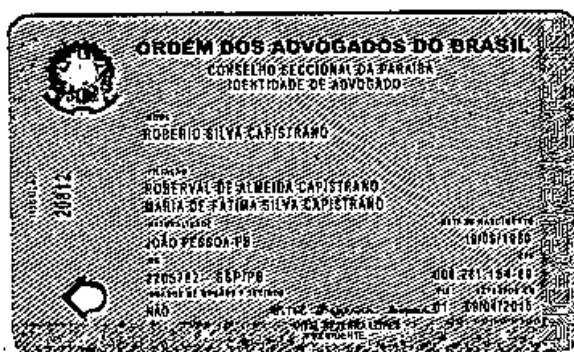
Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Documentos de identificação



CERTIFICO E DOU FÉ, SOB AS
PENAS DA LEI, QUE A PRESENTE
FOTOCOPIA, CONFERE COM O
ORIGINAL APRESENTADO PERANTE
ESTE ADVOGADO.

ADVOCACIA & CONSULTORIA JURIDICA
Dr. Roberio Silva Capistrano
OAB/PB 20.812
Tel.: (83) 8000-0300/9936-7959



DUT



DETTRAN - PB		Nº 013929724641	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD RENAVAM	CPF / CNPJ	PLACA
1	00788179754	00/00000000	2018
NOME: PAULO VITOR DOS SANTOS FILHO			
CPF / CNPJ		PLACA	
07555408406		MNN2042/PB	
PLACA ANT / UF		CHASSI	
NOVO / PB		9C2MD34002R005587	
ESPECÍFICO		COMBUSTÍVEL	
PAS/MOTOCICLETA/NAO APPLIC		GASOLINA	
MARCA / MODELO		ANO FAB / ANO MOD	
HONDA/XR 250 TORNADO		2001 / 2001	
CAP / POT CIL		CATEGORIA	
2 P/249 /CI		PARTIC	
COR PREDOMINANTE		VERMELHA	
COTA UNICA		VENC. COTA UNICA	
00/00/0000		1º	
FAIXA LPVA		PARCELAMENTO / COTAS	
*****		0	
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)		IQF (R\$)	
*****		*****	
PRÊMIO TOTAL (R\$)		DATA DE PAGAMENTO	
*****		07/03/2018	
OBSERVAÇÕES			
SEM RESERVA DE DOMÍNIO			

DETTRAN - PB		Nº 013929724641	
BILHETE DE SEGURO DPVAT			
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA			
www.seguradoralider.com.br			
SAC DPVAT 0800 022 1204			
EXERCÍCIO		DATA EMISSÃO	
2018		07/03/2018	
VIA	CPF / CNPJ	PLACA	
1	07555408406	MNN2042/PB	
RENAVAM		MARCA / MODELO	
00788179754		HONDA/XR 250 TORNADO	
ANO FAB	CHASSI	NO CHASSI	
2001	9	9C2MD34002R005587	
PRÊMIO TARIFÁRIO			
FIN (R\$)	DEMATRAN (R\$)	CUSTO DO SEGURO (R\$)	
*****	*****	*****	
CUSTO DO BILHETE (R\$)	IQF (R\$)	Nº / SERVIÇO DE EMPLAQUE	
*****	*****	*****	
PAGAMENTO		DATA DE OUTRUGA	
COTA UNICA		PARCELADO	
*****		07/03/2018	
SEGURADORA LÍDER - DPVAT			
CNPJ 09.248.608/0001-04			





REQUISIÇÃO DE EXAME Nº: 128/19

Exame Requisitado: **Traumatológico**

João Pessoa, 20/05/2019

Ao Senhor
Gerente Executivo
Gerência de Medicina e Odontologia Legal
IPC-PB

Unicos



Assunto: Requisição de Perícia de Lesão Corporal.

Senhor Gerente

Requisitamos a Vossa Senhoria as providências, para que no prazo legal (Art. 160, parágrafo único do CPP, alterado pela lei 8.862/94), seja procedido o exame de **Traumatológico** da pessoa abaixo qualificada, e que o laudo seja remetido para o **DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS**

NOME: **JOSÉ EDVAN DA SILVA**

NACIONALIDADE: **brasileira**

NATURALIDADE: **RECIFE/PE**

IDENTIDADE: **3.353.323/PB**

FILIAÇÃO: **JOSÉ SANTIAGO DA SILVA FILHO E EDILEUZA PEREIRA DA SILVA**

DATA DE NASCIMENTO: **20/02/1989** IDADE: 30 anos

ESCOLARIDADE: **ENSINO MÉDIO**

PROFISSÃO: **SEGURANÇA**

ESTADO CIVIL: **SOLTEIRO**

ENDEREÇO: **RUA JULHO GERALDO DE SOUZA, 229, complemento II, MANGABEIRA**

TELEFONE: **(83)98835 6423**

DATA E HORA DO FATO: **08/07/2018, 21:30 horas**

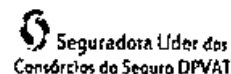
HISTÓRICO: QUE NO DIA E HORA DESCRITO ACIMA, NA AV. Dr. EUCLIDES NEIVA, MANGABEIRA, NESTA CAPITAL QUANDO GUIAVA A SUA MOTO DE PLACA MNN-2042 FOI COLIDIDO POR UM VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO QUE SE EVADIU DO LOCAL SEM PRESTAR NEHUMA ASSISTENCIA AO NOTIFICANTE, QUE FOI SOCORRIDO POR UMA AMBULANCIA DO SAMU PARA O COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO COM O CID S82.5 + S82.6, CONFORME LAUDO MÉDICO ASSINADO PELO Dr. VALDEBAN DE S. C. JUNIOR.

Referência: Certidão de Ocorrência nº 04664.01.2019.1.00.401


ISAÍAS OLEGÁRIO DA SILVA
Delegado de Polícia Civil



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0237755/19

Vítima: JOSE EDVAN DA SILVA

CPF: 718.472.224-80

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 08/07/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: JOSE EDVAN DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

ROBERIO SILVA CAPISTRANO : 008.261.154-89

Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

JOSE EDVAN DA SILVA : 718.472.224-80

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 15/07/2019
Nome: ROBERIO SILVA CAPISTRANO
CPF: 008.261.154-89

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 15/07/2019
Nome: ANTONIO CLAUDIO DA SILVA ARAUJO
CPF: 134.037.047-69

ROBERIO SILVA CAPISTRANO

ANTONIO CLAUDIO DA SILVA ARAUJO



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0237755/19

Número do Sinistro: 3190427640.

Vítima: JOSE EDVAN DA SILVA

CPF: 718.472.224-80

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Outros



Data do acidente: 08/07/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: JOSE EDVAN DA SILVA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Dedaração do Proprietário do Veículo

Outros

ROBERIO SILVA CAPISTRANO : 008.261.154-89

Procuração

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 24/10/2019

Nome: JOSE EDVAN DA SILVA

CPF: 718.472.224-80

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 24/10/2019

Nome: TANIA CRISTINA DE FARIA PINTO

CPF: 760.547.217-04

JOSE EDVAN DA SILVA

TANIA CRISTINA DE FARIA PINTO



Situação do requerimento:

Como Pagar
Consultar a Pagamentos Efetuados

acompanhar o processo
Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

VÍTIMA JOSE EDVAN DA SILVA
COBERTURA Invalidéz
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA
LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO JOSE EDVAN DA SILVA
CPF/CNPJ: 7184722480

Posição em 14-10-2019 10:31:13

Seu pedido de indenização foi analisado e identificamos pendências que impedem a conclusão do processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, no mesmo local onde você deu entrada, para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Documento	Estado	Nome
Declaração do Proprietário do Veículo	Vítima	Pendente
Comprovante de residência	Beneficiário	Pendente
Documentos de identificação	Beneficiário	Não Conforme

ROBERIO SILVA
CAPISTRANO

ROBERIO SILVA
CAPISTRANO





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF de vítima.

Rio de Janeiro, 23 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190427640

Vítima: JOSE EDVAN DA SILVA

Data do Acidente: 08/07/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ROBERIO SILVA CAPISTRANO

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), JOSE EDVAN DA SILVA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

- Declaração do Proprietário do Veículo não enviado(a), não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00813/00814 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 14601931





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguredonalider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1585 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 23 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190427640

Vítima: JOSE EDVAN DA SILVA

Data do Acidente: 08/07/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ROBERIO SILVA CAPISTRANO

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JOSE EDVAN DA SILVA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,


Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14601529



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0237755/19

Número do Sinistro: 3190427640

Vítima: JOSE EDVAN DA SILVA

CPF: 718.472.224-80

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 08/07/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: JOSE EDVAN DA SILVA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Outros

ROBERIO SILVA CAPISTRANO : 008.261.154-89

Comprovante de residência

Documentos de Identificação

Procuração

Outros



ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 06/11/2019

Nome: ROBERIO SILVA CAPISTRANO

CPF: 008.261.154-89

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 06/11/2019

Nome: TANIA CRISTINA DE FARIA PINTO

CPF: 760.547.217-04

ROBERIO SILVA CAPISTRANO

TANIA CRISTINA DE FARIA PINTO



30/10/2019

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

**Seguradora
LÍDER**
Administração de Seguros DPVAT

(1)

Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (Pontos de
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPRENSATRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nov. Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para parecer final e de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190427640 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE EDVAN DA SILVA

COBERTURA Invalidoz

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO JOSE EDVAN DA SILVA

CPF/CNPJ: 71847222480

Posição em 30-10-2019 08:55:13

Seu pedido de indenização foi analisado e identificamos pendências que impedem a conclusão do processo. Por favor, regularize:

Descrição	Tipo	Status	Nome
Comprovante de residência	Beneficiário	Pendente	ROBERIO SILVA CAPISTRANO
Documentos de Identificação	Beneficiário	Não Conforme	ROBERIO SILVA CAPISTRANO
Procuração	Beneficiário	Não Conforme	ROBERIO SILVA CAPISTRANO

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
24/07/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/5IHkkKy9F4zYcilzQ8fi/api_key=tEbd5YBUJMu1XQVziPQxcN8iF__L+13n3qGktqa4E__oc=
24/07/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/YjoQ1DNWNXHXeqHki/api_key=tEbd5YBUJMu1XQVziPQxcN8iF__L+13n3qGktqa4E__oc=





Procuração



Dr. Roberto Silva Capistrano
Advogado & Consultor Jurídico

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA**OUTORGANTE**

JOSÉ EDVAN DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG sob o nº 3.353.323 2ª via SSP/PB e inscrito no CPF sob nº. 718.472.224-80, residente e domiciliado na Rua Júlio Geraldo de Souza, nº 229, casa A, Bairro Mangabeira II, João Pessoa-PB, CEP.: 58.057-170.

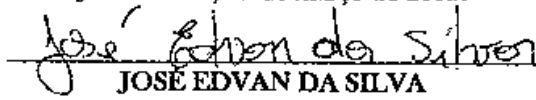
OUTORGADO

Dr. ROBERTO SILVA CAPISTRANO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 008.261.154-89 e inscrito na OAB/PB sob o nº 20.812 e **Dr. ROGÉRIO SILVA CAPISTRANO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 048.219.224-01 e inscrito na OAB/PB sob o nº 26.371, ambos escritório profissional na rua Dr. Euclides Neiva de Oliveira, nº 2387, sala 2, Mangabeira II, João Pessoa-PB.

PODERES

Por este instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** plenos poderes para o foro em GERAIS e em ESPECIAIS, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunais superiores, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até o final da decisão, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os **PODERES ESPECIAIS** para receber citação ou intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, negociar, transigir, peticionar, desistir, renunciar ao direito sobre qual se funda a ação, receber, dar quitação, sacar ou receber quaisquer valores referente a funda ação perante quaisquer instituições bancárias mediante alvará judicial expedido pelo Juízo da demanda, firmar compromisso, receber quaisquer valores referente ao DPVAT na conta corrente do banco do Brasil agência 1234-3, conta corrente 35.256-(X) favorecido o outorgado ou em qualquer conta indicado pelo outorgado, assinar documentos perante a seguradora LIDER, administradora do seguro DPVAT, requerer ao Juízo competente o desconto de 30%(trinta) por cento a título de honorário advocatício, solicitar o levantamento dos honorários advocatícios em alvará separado, assinar declaração de hipossuficiência econômica (conforme estabelecido no artigo 105 do NCPC, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, danto tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso,

João Pessoa, 29 de março de 2019.


JOSÉ EDVAN DA SILVA
RG sob o nº 3.353.323 2ª via SSP/PB
CPF sob nº. 718.472.224-80
— **OUTORGANTE**

Praça Dom Urlicio, 115 - CENTRO, João Pessoa/PB, CEP.: 58.010-740

Rua Doutor Euclides Neiva de Oliveira, nº 2387, sala 2, MANGABEIRA II,
João Pessoa/PB, CEP.: 58.056-000

(08) 3. 8800-0000 (00) / (88) 3. 8800-0000 (11m) / (88) 3. 8800-0000 (11m)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 29/01/2020 14:53:51

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012914535065500000026817270>

Número do documento: 20012914535065500000026817270

Num. 27797956 - Pág. 41



Procuração



Dr. Robério Silva Capistrano
Advocacia & Consultoria Jurídica

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA**OUTORGANTE**

JOSE EDVAN DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG sob o nº 3.353.323 2ª via SSP/PB e inscrito no CPF sob nº. 718.472.224-80, residente e domiciliado na Rua Júlio Geraldo de Souza, nº 229, casa A, Bairro Mangabeira II, João Pessoa-PB, CEP.: 58.057-170.


OUTORGADO

Dr. ROBÉRIO SILVA CAPISTRANO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 008.261.154-89 e inscrito na OAB/PB sob o nº 20.812 e **Dr. ROGÉRIO SILVA CAPISTRANO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 048.219.224-01 e inscrito na OAB/PB sob o nº 26.371, ambos escritório profissional na rua Dr. Euclides Neiva de Oliveira, nº 2387, sala 2, Mangabeira II, João Pessoa-PB.

PODERES

Por este instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** plenos poderes para o foro em **GERAIS** e em **ESPECIAIS**, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunais superiores, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até o final da decisão, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os **PODERES ESPECIAIS** para receber citação ou intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, negociar, transigir, peticionar, desistir, renunciar ao direito sobre qual se funda a ação, receber, dar quitação, sacar ou receber quaisquer valores referente a funda ação perante quaisquer instituições bancárias mediante alvará judicial expedido pelo Juízo da demanda, firmar compromisso, requerer ao Juízo competente o desconto de 30%(trinta) por cento a título de honorário advocatício, solicitar o levantamento dos honorários advocatícios em alvará separado, assinar declaração de hipossuficiência econômica (conforme estabelecido no artigo 105 do NCPC, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda subestabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso,

João Pessoa, 29 de março de 2019.


JOSE EDVAN DA SILVA
RG sob o nº 3.353.323 2ª via SSP/PB
CPF sob nº. 718.472.224-80
OUTORGANTE

Praça Dom Ulrico, 115 - CENTRO, João Pessoa/PB, CEP.: 58.010-740

Rua Doutor Euclides Neiva de Oliveira, nº 2387, sala 2, MANGABEIRA II,
João Pessoa/PB, CEP.: 58.056-000

(03) 9.8800-0309 (08) / (03) 9.8803-0309 (Tfonia) / (03) 9.8806-7369 (Tfonia)





Dr. Roberto Silva Capistrano
Advocacia & Consultoria Jurídica

Procuração



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE

JOSE EDVAN DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG sob o nº 3.353.323 2ª via SSP/PB e inscrito no CPF sob nº. 718.472.224-80, residente e domiciliado na Rua Júlio Geraldo de Souza, nº 229, casa A, Bairro Mangabeira II, João Pessoa-PB, CEP.: 58.057-170.

OUTORGADO

Dr. ROBERTO SILVA CAPISTRANO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 008.261.154-89 e inscrito na OAB/PB sob o nº 20.812 e **Dr. ROGÉRIO SILVA CAPISTRANO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 048.219.224-01 e inscrito na OAB/PB sob o nº 26.371, ambos escritório profissional na rua Dr. Euclides Neiva de Oliveira, nº 2387, sala 2, Mangabeira II, João Pessoa-PB.

PODERES

Por este instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** plenos poderes para o foro em **GERAIS** e em **ESPECIAIS**, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunais superiores, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até o final da decisão, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os **PODERES ESPECIAIS** para receber citação ou intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, negociar, transigir, peticionar, desistir, renunciar ao direito sobre qual se funda a ação, receber, dar quitação, sacar ou receber quaisquer valores referente a funda ação perante quaisquer instituições bancárias mediante alvará judicial expedido pelo Juízo da demanda, firmar compromisso, receber quaisquer valores referente ao DPVAT na conta corrente do banco do Brasil agência 1234-3, conta corrente 35.256-(X) favorecido o outorgado ou em qualquer conta indicado pelo outorgado, assinar documentos perante a seguradora LIDER, administradora do seguro DPVAT, requerer ao Juízo competente o desconto de 30%(trinta) por cento a título de honorário advocatício, solicitar o levantamento dos honorários advocatícios em alvará separado, assinar declaração de hipossuficiência econômica conforme estabelecido no artigo 105 do NCPC, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, participar de todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso,

João Pessoa, 29 de março de 2019.

JOSE EDVAN DA SILVA

RG sob o nº 3.353.323 2ª via SSP/PB

CPF sob nº. 718.472.224-80

OUTORGANTE

Praça Doutor Uirico, 115 - CENTRO, João Pessoa/PB, CEP.: 58.010-740

Rua Doutor Euclides Neiva de Oliveira, nº 2387, sala 2, MANGABEIRA II,
João Pessoa/PB, CEP.: 58.057-000

(R\$) 9.6800-0709 (Cia) / (R\$) 9.8903-0709 (Trib) / (R\$) 9.6936-7909 (Trib)



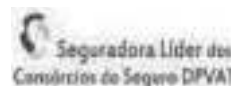
Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 29/01/2020 14:53:51

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012914535065500000026817270>

Número do documento: 20012914535065500000026817270

Num. 27797956 - Pág. 43

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0237755/19

Vítima: JOSE EDVAN DA SILVA

CPF: 718.472.224-80

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 08/07/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: JOSE EDVAN DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

ROBERIO SILVA CAPISTRANO : 008.261.154-89

Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

JOSE EDVAN DA SILVA : 718.472.224-80

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 15/07/2019
Nome: ROBERIO SILVA CAPISTRANO
CPF: 008.261.154-89

ROBERIO SILVA CAPISTRANO

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 15/07/2019
Nome: ANTONIO CLAUDIO DA SILVA ARAUJO
CPF: 134.037.047-69

ANTONIO CLAUDIO DA SILVA ARAUJO



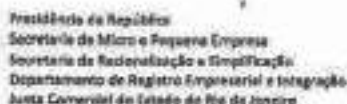


PHOTO: JILL SUTHERLAND FOR EYE-EM; FRANK: CHRISTIAN ZICK; A SHIRT: JIMMY CHOO; THE COAT: LACOSTE

33-10028479-6

Tissue synthesis

Sociedade anônima

Robert A. Levine

Normal

200 Jan. 2007 running

00-2018/017153-4 26/01/2018-10:52:13

JUCERIA

Order Application:
000013101 - 10/22/2007

PMID: 25329204

SEGUROGRA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Revised: 12/18/2008

Hevler: 0002022-0710-0331 ACYU:00004164809

Orgão	Valor total	Pago
União	370,00	370,00
DFE	21,00	21,00



REQUIREMENTS

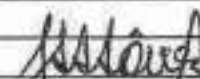
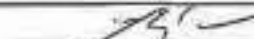
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
	1000	1000	
	1001	1001	
	1002	1002	
	1003	1003	
	1004	1004	

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 	
	Assinatura:		
	Telefone de contato:		
Data	E-mail:		
	Tipo de documento:		Híbrido
	Data de criação:		24/01/2018
	Data da 1ª entrada:		



00-2018/017153-4

Secretaria Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TELEFAX: SEGURANÇA LÍTER DOS CONDUTORES DO SEUVO DUVAL S/A

EPI4944: BROWNSHAW LIPID AND CONCENTRATIONS OF SEDIMENT TOXIC METALS
 NHTS: 313 0128473-4, Epi4944: 33-2016/017103-4 Date of protocol: 26/01/2016

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE Nº 32/31/2018 SOB O NÚMERO 00303149035 e demais constantes do termo de

authentication.

Agavev1: 7D49743B67B4B120C77E4B56A5A053E17897D5CF58742B733648CA7BA20E10D8

Faça valer o documento acessa <http://www.todasrj.rj.gov.br/servicos/centraldigital>. Informe o n.º de protocolo. Pág. 7/17



DIJCEHIA
A weekly entertainment



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jails de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalla Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Dí Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenowitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Pêixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

CR *Isabella*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 50-2018/037937-4 Data de emissão: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE AUTENTICAÇÃO em 26/01/2018 sob o número 02303149258 e demais constantes do livro de autenticação.	
Autenticação: F0897E1267K8223CFD64256AFAD2E6F8F7D5CF8740F733K496A76A80B1F88	
Para validar o documento, acesse: http://www.jucersj.rj.br/gov.br/servicos/validacao1911a2 , informe o nº do protocolo, Pág. 1/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, Inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (III) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (II) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE A SUSEP
1	José Iamar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Belliz	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Comércio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Assinaturas manuais

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Registro: SEGURADORA LIDER DOS COMERCIO DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 331.0328479-6 Protocolo: 09-2018/511153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 10/01/2018 SOB O MODELO 00203148015 e demais constantes do Livro de Autenticação
Autenticação: F069743865A48230CFE48D5A76C15CF85CF68740F338496AFD8862288
Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.br.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo. Pág. 4/13

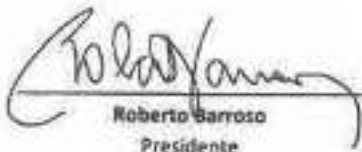



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Conselho da
Seguros DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Justiça Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSELHO DA SEGUROS DPVAT S/A	
NIRE: 333.028879-4 Protocolo: 00-1018/517183-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE Nº 10/01/2018 POR O NÚMERO 0003149018 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: F0637438d7a48220c7f84324f8a8d8c7f8d8c7f840f2338498a7a8d8c7f8	
Para validar o documento acesse: http://www.jucerj.rj.gov.br/servicos/chancelaDigital , informe o nº do protocolo: Pág. 3/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DE, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017133-4 Data de protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ANUENCIAMENTO em 26/01/2018 SOB O NÚMERO 0000149699 e demais conteúdos do termo de autenticação.	
Autenticação: F0697438CFA4B22CFC0A05A7F8E5C0F05C61400733E496A7EAB0E1F08	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancelaDigital , informe o nº de protocolo, Pág. 8/13.	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Registro: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 08-2018/011153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 10/01/2018 SOB O NÚMERO 0003148055 e demais condições do termo de arquivamento.	
Autenticação: F06974385FA48220C7E4051A7A8E1C8E7E0C6B740F2236496A70A2001F8E	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja-rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo: Pág. 10/10	



REFERENCES

Meu amigo 1º de Mariana, Santa-Rita nº 701, de 2 de janeiro de 1918; publicada no Diário Oficial do Estado, de 3 de janeiro de 1918, página 156, artigo 1º, inciso II, alínea "a", no sentido de anulação de administração realizada por 1º de setembro de 1917". Inclusive, "no acórdão proferido em recurso interposto em 1º de novembro de 1917".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA
QUALIDADE E TECNOLOGIA

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA, GABRIELIÃO DE TEODORO, COMENDADOR, no ato de sua investidura, manifestou no 2º dia do mês de maio de 1951, no decorrer do III, sua intenção de fazer do 1º dia do mês de maio de 1951, o dia de aniversário do INMET, e no mesmo dia, em 19 de maio de 1951, o dia de aniversário do INMET, o qual se realizou no 1º dia do mês de maio de 1951.

Corresponding to the 10 months we analyzed, we also analyzed the period from 1970 to 1979. The 1970-1979 period was chosen for the following reasons. First, the 1970-1979 period was the only period for which we had data on the number of deaths from all causes. Second, the 1970-1979 period was the only period for which we had data on the number of deaths from all causes. Third, the 1970-1979 period was the only period for which we had data on the number of deaths from all causes.

Conferência e reunião de guerra dos Estados de
proteção da Confederação especifica para tomada de guerra n.^o
143644, 143645.

América Nacional de Microbiologia, Quilicura e Terraplenas e Buenos Aires.

Empresa de Assistência de Assistência - Oculi.
Rua Santa Alameda, nº 110 - F. 1º andar - Rio de Janeiro.
Cep 21.040-000 - Rio de Janeiro - RJ.

Art. 7.º Noam actualizării în Anexa A a 2-ilei Partea
Bulgară, n.º 167018 prin Anexa A a 2-ilei parte a actului
1406.

Art. 2º Fazer inventário no Testa de acordo n.º 147214 e
Arrears F e G de acordo com Testa.

CIRCULAR Nº 4 DE 10 DE DICIEMBRE DE 1988

1. A) Informații vizuale în legătură cu dezvoltarea prezentată mai sus a populației, din punct de vedere al numărului de persoane, în perioada 1990-2010, în județul Hunedoara, în contextul evoluției populației în România și în Europa Centrală și de Est.

[illegible]

SENATE ARGENTINUS DA SILVA

Remarque: **ATTENTION** - Les données de la page 1000 sont en cours de mise à jour.

2017.03.06	- Korte pöytäkirjaan liitetty, odottaa vaivastalouden, vanhojen ihmisten, hengen, hengenvuonon, joulun.	2017.03.06	Kokouksen puolesta	2017.03.06	Kokouksen puolesta	2017.03.06	Kokouksen puolesta
------------	---	------------	--------------------	------------	--------------------	------------	--------------------

2017.01.14	Grupa de lucru pentru evaluarea calitatii	
2017.01.15	Lucrari de proiect	
2017.01.16	Lucrari de proiect	

		\$6,170.00	Owed
		(8,900)	Paid

Este documento está disponível digitalmente conforme MP nº 2.200-1 e 2.181/09, que institui o Arquivamento de Documentos Públicos em Formato Digital.

Journal do Estado do Rio de Janeiro

SEGUROADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DE VIDA S/A

0028478-6 Protoprotocol: CO-2018/017153-4 Data de publicação: 28/01/2018

030:

CA99: FD6974766FA462230FD66916AFA7D56C98F05CF68740F2338496AF2A8061Y88

or o documento acesse <http://www.fucaria.rj.gov.br/servicos/comunicadigitala/>, informe o nº de protocolo.

eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 29/01/2020 14:53:52

ipb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012914535171200000026817775

o documento: 20012914535171200000026817775



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

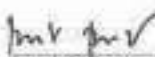
Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuando os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575386 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO:
Autenticação: 4BF9ADC8688382M7C818477D799CBA11812475AE20B2968235403C7645C865
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300234796
Protocolo: 0020163575185 - 27/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC8883B2947C61B477D78BC8A11812475AE3208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





4896508

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 17 de março de 2016
Página 3 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretary General

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 46F9A0C6885382947C616477D79BCBA11612475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 05082959603 - 11/10/2016



convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participam das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

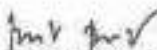
Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10


Fernando F. S. Sena
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020163675185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9ACB8883B2947C618477D75BCBA11B12475AE82082955235403C7846C685
Arquivamento: 0000295803 - 11/10/2016





4593611

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

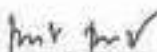
t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros;

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Fernando P.S. Borzinger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO
Autenticação: 48F940C8883B2947D61B477D79BCBA11512475AE920B2968235463C7545C695
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam o outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 – O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único – Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 – A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo 1 à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.

Página 6 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nº: 33300254790
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2018
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4B79A0C8083B2847C81B477D79BC8A11812475AE92082968235403C7645C555
Arquivamento: 00022059803 - 11/10/2016





4898513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

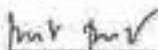
ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- k) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284786
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86683B2947C61B477D79BCBA11212475AE92082958235403C7645C695
Arquivamento: 00002268803 - 11/10/2016





4998014

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

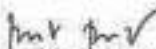
Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Comércios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO
Autenticação: 49FBA0C8628387847C81B477D786CBA11812475AE9208296B235403C7845C685
Arquivamento: 00022509803 - 11/10/2016





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NRE: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947D81B477D76BCBA11812475AE9206298B225409C7845C695
Arquivamento: 0000298003 - 11/10/2018



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284798
Protocolo: 0020163878185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 40F9A0C56683B284TC51B477D79BCBA11812475AE92082988235403C7545C855
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP - nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

JOSE ISMAR ALVES TORRES
DIRETOR PRESIDENTE

HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
 JACUTIBA
 Tabelião Carlos Alberto Ramos Oliveira
 Rua Santa Al - São - Foz de Iguaçu - RJ - CEP 24060-000
 AOB28560
 088574
 Por este documento, as firmas das HELIO BATTON REISDAES e
 JEE TAVAN ALVES TORRES (00000524053)
 do dia Janeiro, 08 do mês de Janeiro de 2019.
 de testamento de vontade:
 Conf. por:
 Serenata
 13-PH008
 Total
 CARTEIRO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
 Paula Cristina A. D. Gaspar
 Escrivento
 0709-42002 e/ou 09077 ME
 Av. 28 5 7 Lda 8.800594
 Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.
 ECU-VRS-12-11-2018-082-085
 https://www2.1111.us.br/sistema1111



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo Dr. **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos Drs. **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.881; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente da ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Prescrita com o meio eletrônico, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e equal a presente a futura.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09.248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0810873-76.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE EDVAN DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação à contestação.

João Pessoa/PB, 30 de janeiro de 2020.

JANDIRA RAILSON MEIRA
Técnico Judiciário



Segue anexa em pdf Impugnação à Contestação.





**AO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE
MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.**

Processo sob o nº 0810873-76.2019.8.15.2003

1

JOSÉ EDVAN DA SILVA, já qualificado nos autos acima mencionados, em que contende com **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, também devidamente qualificada nos autos, vem respeitosamente perante Vossa Excelência apresentar a

IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO

Pelos motivos de fatos e de direito a seguir aduzidos:

Douto Juízo, em que pese o esforço da Impugnada para tentar rebater os fatos narrados na exordial, as alegações declinadas na peça de bloqueio em nada abalam a sólida fundamentação jurídica exposta na exordial, incumbindo ao Impugnante, tão somente, esclarecer de forma objetiva.

A presente demanda visa à obtenção de indenização do seguro DPVAT, em virtude de um acidente automobilístico, conforme exposto claramente na exordial, através dos documentos acostados.

DA PRELIMINAR SUSCITADA PELA IMPUGNADA

I- “DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL - PEDÊNCIA DOCUMENTAL”

Em princípio, insta ressaltar que, por três oportunidades foram enviados para a Impugnada todos os documentos para solicitação pela via administrativa (conforme demonstra docs. anexos nos autos sob os Id's 26454963, 26454964, 26454965 e 26454968), todavia a Impugnada em suas “avaliações” sempre impôs obstáculo para a referida solicitação. Salienta-se que em cada solicitação foram requeridos documentos distintos, pasme, inclusive documentos já anexos desde a primeira solicitação, a exemplo, do documento procuratório.

Ademais, Excelência, a Impugnada em sua defesa alega “Pendência Documental”, no entanto, esses documentos a qual esta menciona são devidamente anexados por ela mesma juntamente com a Contestação, o que percebe-se no Id. 27797956, nas págs. 12 (declaração do proprietário do veículo), 31 (Docs. de identificação), 10 (comprovante de residência), e nas págs. 41, 42 e 43 (procurações-enviadas a cada protocolização do pedido administrativo), portanto, enviado via Correios

Procurador Especial, TPA - CENTRO, João Pessoa/PB, CEP: 58105-920.
Rua Elvira Bastião, Sítio do Caramuru, nº 5807, sala 2, MANGABEIRA, PE,
João Pessoa/PB, CEP: 55.055-000
(081) 3455-1001 (fixo) / (081) 3455-1001 (celular) / 0800-015455 (toll free)
roberto.silva@tribunalpb.org.br



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0810873-76.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER]

AUTOR: JOSE EDVAN DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO SILVA CAPISTRANO - PB26371

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.



Compulsando-se os autos, observa-se que os requerimentos de produção de provas constantes da inicial e contestação foram efetuados de forma genérica.

Assim, antes de sanear o feito, nos termos do art. 357, do CPC, intemem-se as partes para, em 10 (dez) dias, informar quais provas que pretendem produzir, especificando-as e justificando-as em caso positivo.

Silenciando, ou pugnando as partes pelo julgamento da lide no estado em que se encontra, venham-me os autos conclusos.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.

Processo sob o nº 0810873-76.2019.8.15.2003

JOSÉ EDVAN DA SILVA, já qualificado nos autos acima mencionados, em que contende com
SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, também devidamente qualificada nos autos,
vem respeitosamente perante Vossa Excelência apresentar MANIFESTAÇÃO acerca do despacho de id. 28476139,
pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

Douto Magistrado, em que pese o requerimento da parte *ex adversus* para proceder com a perícia no
Requerente, entende o Autor que não há necessidade de produção de provas na presente demanda, haja vista que
esta encontra-se fartamente instruída com documentos suficientes para a prolatação da decisão do juízo.

Desta forma, requer sejam os autos conclusos para que seja sentenciado.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 05 de março de 2020.



(Datado e assinado eletronicamente)



EM ANEXO



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

Procuração com o meio ambiente: a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel: 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-B, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.


MARCELO DAVOLI LOPES


JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Faria Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: (21) 07-9900
Recebeu por meio das assinaturas de MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (000000071400)
Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014. Cont. por
do testamento da verdade. Serventia
Total
Assinado por Carlos Faria Oliveira - T.º
EABR-29273 DNR, EABR-29273 DNR
Consulte em <https://www.tjri.jus.br/sitepublico>


TABELIÃO DO
Bruno Rodrigo
Beloim Cassar
Escritório
CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS




17º OFÍCIO DE NOTAS
CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cód: 00000000-06. Cont. por:
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2014.
SERVILIA : 5,09
IMFUNDOS : 1,81
Total : 6,90
PÁZEA CRISTINA A.B. GOMES-AUT
EABR-46356 DNR Consulte em <https://www.tjri.jus.br/sitepublico>

Presuposto como novo acidente, e Seguradora Líder DPVAT não se responsabiliza quanto a qualquer sinistro.







ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

ATLAS ALUMÍNIO S.A.
CNPJ nº 12.336.018/0001-48 - NIRE 33.3.0029453-8
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de junho de 2015, 1. Data, hora e local: Aos 19 de junho de 2015, às 10:00 horas na sede da Atlas Alumínio S.A. ("Companhia"), localizada no Estado e na Cidade do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo nº 228, sala 701, CEP 22250-145. 2. Convocação: Dispensada a convocação 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em função da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. Presença: Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de Presença de Acionistas. 4. Mesa: Presidente: Hans Joachim Kock. Secretária: Waldira Mossetta. 5. Publicações: Os resultados financeiros da Companhia foram publicados nos seguintes jornais: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Diário Comercial no dia 28 de maio de 2015. 6. Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório Anual e das demonstrações financeiras, rejeitar sobre o exercício fiscal encerrado em 31/12/2014; (ii) Examinar, discutir e deliberar sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos referente ao exercício financeiro de 31/12/2014; e (iii) Examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação da remuneração dos administradores da Companhia. 7. Deliberações: Depois de examinada e discutida a matéria da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, 7.1. O Relatório Anual e as demonstrações financeiras referentes ao exercício fiscal encerrado em 31/12/2014. Uma vez aprovada a conta própria apurada com base no balanço patrimonial (Lucros Acumulados) levantado em 31 de dezembro de 2014, no valor bruto de R\$ 67.195.103,72 (sessenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e três reais e setenta e dois centavos), dos quais R\$ 10.079.265,56 (dez milhões, setenta e nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) serão pagos da Imposição de Renda (IRRF), os quais totalizam o montante líquido de impostos de R\$ 57.115.838,16 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), será efetuada da seguinte maneira: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para reserva legal no valor de R\$ 2.855.792,91 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos); e (b) distribuição de dividendos no valor de R\$ 40.260.045,25 (quarenta milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), em 31 de dezembro de 2015. 7.2. Concomitante ao instrumento de Usufruto anexo, a acionista Hydro Aluminium Brasil Investment B.V. instituiu em usufruto seus direitos patrimoniais e financeiros decorrentes de suas ações na Companhia para a acionista

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	Associações, Sociedades e Firms	1
Avisos, Editais e Termos		
Associações, Sociedades e Firms		11
Condomínios		13
Leilões Extrajudiciais		13
Órgãos de Representação Profissional		13

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS

DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ nº 09.248.606/0001-04 - NIRE 33.3.0028479-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio de 2015, às 16:30h na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 12 de maio de 2015. Presença: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Tereza Salsano, Bernardo Diekmann, Celso Damasceno, André Lael Faoro, Secretário, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, NIRE nº 33.3.0028479-6, Protocolo 00.2015/1982/1-1, 15/12/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. Presença de Acionistas: Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. Mesa: Presidente: Antônio Carlos Rodrigues e Secretária: Evânia Cerqueira de Brito. Ordem do Dia: Examinar, discutir e deliberar acerca do aumento do capital social da Cia. mediante a subscrição de novas ações, e consequente alteração do art. 6º do Estatuto Social ("Deliberações Lançadas"). Após discutidas as matérias constantes das Deliberações Lançadas, os acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. deliberaram, sem quaisquer restrições, o quanto segue: (i) aumentar o capital social, dos atuais R\$380.684.062,00, para R\$389.784.062,00, sendo esse aumento no montante líquido de R\$9.100.000,00, com a correspondente emissão de 8.900.000 (oito milhões e noventa mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do art. 170 da Lei das S.A. As ações emitidas são neste ato totalmente subscritas pela acionista CIMINPART - Investimentos e Participações SGPS S.A., nos termos do Boletem de Subscrição anexo (Anexo II) e mediante a expressão de concordância da outra acionista, que expressamente renuncia ao direito de preferência previsto no art. 171 da Lei das S.A. O capital ora subscrito é, neste ato, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, mediante a capitalização dos recursos remanejados da subscritora, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada correta, aprovada e por todos os presentes assinada (Assinaturas: Antônio Carlos Rodrigues - Presidente, e Evânia Cerqueira de Brito - Secretária). Acionistas Presentes: SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS S.A. CIMINPART - Investimentos e Participações SGPS S.A. RJRJ, 16/06/2015. Juizeta nº 2780758 em 29/06/2015. Bernardo F.S. Berwanger - Sec. Geral. Id 1631344

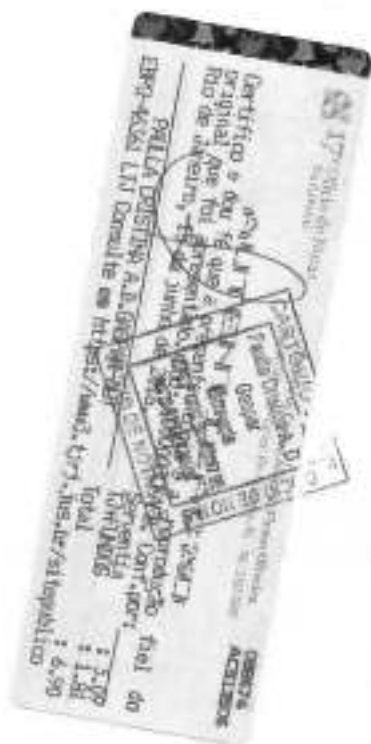
F2C CONSULTORIA, ASSESSORIA E ANÁLISE DE INFORMÁTICA S/A

CNPJ - 07.737.631/0001-37
BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras, levantadas em 2014 e 2013, e as respectivas Demonstrações de Resultados do Exercício, do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios financeiros nasquelas datas. Expressamos os nossos agradecimentos a todos.

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014 (Em Reais)				DEMONSTRAÇÃO DA MUTUAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013	Capital Integralizado	Capital Aporte	Reserva Legal	Reserva de Lucros
ATIVO	18.654.085	9.943.710	9.943.710	4.629.200		177.799	4.806.999
CIRCULANTE	19.120.850	9.278.538	9.278.538				
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.919.669	2.473.991	2.473.991	1.681.398			1.681.398
Clientes	14.615.911	6.419.581	6.419.581				2.299.373
Impostos a Recuperar	1.604.030	142.929	142.929				-109.220
Ativo Fiscal Diferido IRPJ e CSLL	124.182	166.685	166.685				-114.969
Outros Ativos	557.058	76.352	76.352				2.075.184
NÃO CIRCULANTE	963.245	664.172	664.172	6.310.598			
Imobilizado	557.009	655.597	655.597				
Imobilizado de uso	1.387.441	1.326.681	1.326.681				
Depreciação Acumulada	-830.432	-671.084	-671.084				
Intangível	6.236	8.575	8.575				
Direito de Uso de Software	11.693	11.693	11.693				
Amortização Acumulada	-5.457	-3.116	-3.116				
PASSIVO	19.120.850	9.943.710	9.943.710				
CIRCULANTE	10.932.366	5.087.596	5.087.596				
Fornecedores	3.907.221	40.604	40.604				1.681.398
Emprestimos, Financiamentos e Encargos	2.191.288	30.244	30.244				2.299.373
Impostos e Contribuições a Recolher	556.861	656.463	656.463				-109.220
Dividendos a Pagar	109.220	1.681.398	1.681.398				-114.969
Contas a Pagar	1.504.468	1.006.454	1.006.454				2.075.184
Provisão de Férias	761.357	560.069	560.069				
Passivos Fiscais Diferido IRPJ e CSLL	1.436.623	275.203	275.203				
Provisão IRPJ e CSLL	285.328	177.015	177.015				
NÃO CIRCULANTE	73.179	69.115	69.115				
Emprestimos, Financiamentos e Encargos	73.179	69.115	69.115				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.676.550	4.806.999	4.806.999				
Capital Social	6.310.598	4.629.200	4.629.200				
Reserva Legal	292.768	177.799	177.799				
Reserva de Lucros	2.075.184						
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO (Em Reais)			
	2014	2013	2013				
Lucro do Exercício	2.299.373	3.555.973	3.555.973				
Total do Resultado Abrangente Líquido	2.299.373	3.555.973	3.555.973				

IMPRESSO



[illegible][illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ N° 33.352.394/0001-04
JUCERJA/NIRE N° 33.3.000.8797-4

ATA DA 605ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
CEDAE
(REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA)[illegible][illegible]

- 1 Leonardo da Cunha e Silva Espindola Dias - Presidente
2 Jorge Luiz Ferreira Brand - Vice-Presidente
3 Renato Prates Rodrigues - Membro
4 Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro
5 Rodrigo Tostes Solon de Pontes - Membro
6 Icaro Moreno Junior - Membro
7 Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira - Membro
8 Cristiane Batista de Souza - Secretária

O extrato desta Ata foi registrado na JUCERJA sob nº 00002769802, no dia 03/06/2015.

Quatro Por Quatro Empreendimentos e Participações
CNPJ/MF: 01.862.984/0001-82 - NIRE: 3330026589-9

[illegible]

id. 1853442

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO OPVAT S A

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015. O Conselho de Administração realizou sua reunião ordinária no dia 25 de março de 2015, às 16h, no local social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro. Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por e-mail eletrônico enviado em 19 de março de 2015. Presença: Os membros do Conselho de Administração foram: Sr. Bernardo Dickmann, Celso Daniel de Aguiar, Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, Sr. João Gilberto Possiede Jorge de Souza Andrade, Marcela Figueiredo, Sr. Mucio Nogueira de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Moreira, Rosana Teclima Salsano e Wally José Mourão Jorge. Presença e/ou o Conselho suplenente Paulo de Oliveira Mendonça, que não compareceu, foi substituído pelo Conselho suplenente, também à reunião, sem direito a voto, Sr. Paulo de Oliveira Mendonça.

[illegible]

EDIFÍCIO ODEBRECHT RJ S.A.
CNPJ/MF nº 19.432.175/0001-40 - NIRE 3330031007-0

Ata de Assembleia Geral Ordinária
Data, horário e local: Em 17 de abril de 2015, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Cidade de Luço, nº 100, Santo Cristo, Curitiba/PR, CEP 81.160-000.

Presença e publicação de Edital de Convocação: A Companhia dispensa a publicação de Edital de Convocação, na forma da Lei nº 120, §4º, da Lei nº 6.404/76.

Publicações: A Companhia está dispensada de publicar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o disposto no art. 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital votante, conforme assinaladas nos termos no Livro de Presença do Acionista.

Assistentes: Carla Gouveia Barreto, **Presidente**, Laura Mariano Gadaldi, **Secretária**, e o Sr. Paulo Roberto de Souza, **Procurador**.

Ordem do Dia:

1) Aprobado a lavatura da presente Ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos;

2) Aprobado o Balanço Patrimonial e o Balanço das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;

3) Aprobada a destinação, para o exercício de 2015, do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 25.300,00;

4) Aprobada a destinação de R\$ 25.300,00 para o pagamento de juros reais e de valores de cessão, para a conta de prejuízos acumulados;

5) Aprobada a remissão das seguintes pessoas como membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato de 2 (dois) anos, a partir de 17 de abril de 2015, até 17 de abril de 2017:

1) **Presidente** - Carla Gouveia Barreto, brasileira, solteira, casada, administradora de empresas, inscrita no CPF/MF sob nº 171.912.195-15, portadora da carteira de identidade RG nº 1.918.314, SSP/PR, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Santa Helena, nº 100, apartamento 102, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05.501-050, como Diretor/Presidente da Companhia (S);

2) **Administrador** - Flávia Fátima Fazzolari, brasileira, casada, engenheira, inscrita no CPF/MF sob nº 122.303.648-75, portadora da carteira de identidade RG nº 30.012.598-02, residente e domiciliada na Rua do Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praça de Botafogo, nº 300, 8º andar, Botafogo, CEP 22.250-040, como Diretor sem designação específica da Companhia; (S) e

3) **Administrador** - Tereza de Silva, brasileira, solteira, administradora de empresas, inscrita no CPF/MF sob nº 324.926.168-86, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.501-050, como Diretor sem designação específica da Companhia; (S).

4) A eleição da seguinte pessoa como membro da Diretoria da Companhia, para um mandato de 2 (dois) anos, iniciado nesta data, com termo na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17 de Abril de 2015:

Diretor - Di Siqueira Barreto De Siqueira Campos, brasileiro, solteiro, advogado, portadora da carteira de identidade RG nº 32.374.204-X, inscrita no CPF/MF sob nº 324.926.168-86, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.501-050, como Diretor sem designação específica da Companhia; (S).

5) A aprovação das deliberações acima tomadas pela Assembleia Geral Ordinária, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17 de Abril de 2015, a ser seguida; (A) **Diretor Presidente** - Carla Gouveia Barreto, **Secretária** - Laura Mariano Gadaldi, e **Procurador** - Paulo Roberto de Souza.



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESEÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



17/03/2020
 10:10:08
 CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE
 O presente documento é uma cópia autenticada do original que foi assinado digitalmente em 17/03/2020 às 10:10:08.
 Para verificar a autenticidade, consulte o link: <https://www.tjpb.jus.br/consultas>
 Número do documento: 20031015100720000000027905546
 Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/03/2020 15:10:08
 http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031015100720000000027905546

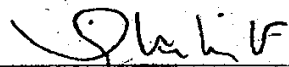
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:



Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente

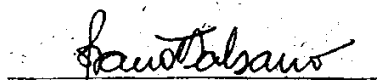


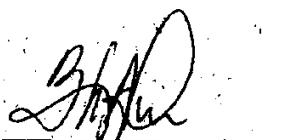
André Leal Faoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3

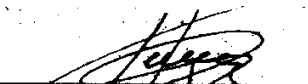





Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente

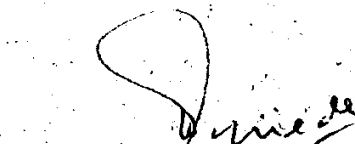

Bernardo Dieckmann
Conselheiro


Celso Damadi
Conselheiro

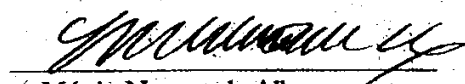

Francisco Alves de Souza
Conselheiro

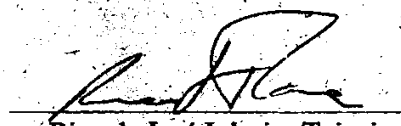

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro



Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro

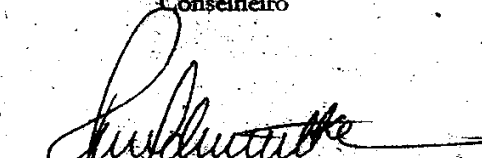

João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro

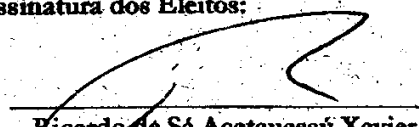

Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro



Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

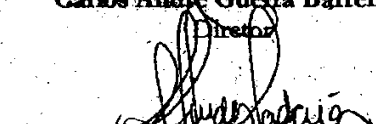

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor


Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3







[illegible]



[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
GICO DE PESSOAS COM DEFICIENCIA OU DETERMINADA
DISTURBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO
DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL COM
CAL DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUJEIÇÃO
ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURADOS MÉDICOS. CA
MANTENIMENTO SOCIAL. R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA
MIL REAIS) SEDE: ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA, Nº 14/50
POSSUE: SIA TROPOLIS RJ CEP. 25.770-480 Patrocinador: SIA
03132021

HYDRATEC COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA LPP
CNPJ nº 04.289.430/0001-26

CONVOCAÇÃO (ART. 152 E 1º e 2º DO CC. CIVIL) Nestes atos convocados o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer nos dias 27/01/2012 e no dia 27/01/2012, em 1ª ou 2ª convocação, para formalização de retificação do nome mercantil "A Rubenito Barão Haurakchy da Empresa Hydratec Comercio e Tecnologi Lda" com sede na Rua Coração de Maria nº 166 loja "A" - bairro Meninão, Cx Postal nº 100, no município de São João do Rio Preto, encontra em batimento regular, no primeiro de Junho, por o primeiro de Junho de 2012, para a retificação do nome mercantil "A Rubenito Barão Haurakchy da Empresa Hydratec Comercio e Tecnologi Lda" - CRRN/3 018.380/0-7, CPE nº 32.445/5-7.

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
CNPJ: 33.221.649/0001-91

AVISO - Achem-se a disposição dos Senhores Acadêmicos, no sentido social, na Avenida Nan Pequeno, 50 sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua do Lineiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria

VALE

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.592.510/0001-54

FATO RELEVANTE: A Vale S.A. (Vale) informa que está declarando Fato Relevante (FR) em uma série de contratos de mineração de ferro, com prazo de hoje 11 de janeiro de 2012. Estamos informando em contratos com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. 15 acordos com o artigo 1º, § 4º, da Instrução CVM nº 358, em 11/01/2012. Havendo incompatibilidade de prazo com a Instrução CVM nº 358, os fatos deverão ser atualizados até 15/01/2012, no site da CVM, no endereço www.cvm.gov.br. Vale S.A. é inscrita no CNPJ nº 33.592.510/0001-54. Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.709.449/0011.20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO inicia pública que requeriu ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Licença de Operação para operar o Duto de Transferência de Água Doce existente no Terminal de Cubatuba e a Estação de Barra do Fundão, com capacidade aproximadamente 70 km de extensão, capacitado para transportar com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de Dezembro de 2011 Rodovia Amaral Peixoto km 188 - Macaé/RJ. Processo E 07/512461/2011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ 33.000.167/0001-01
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Cota de Água Potável de USO de RECURSOS HÍDRICOS OUT de 2013, com validade até 28 de março de 2013, que a Autorização de Abastecimento de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caruru com 1.000.000 (um milhão) litros por dia, para uso em 1 (uma) unidade de produção de outros usos (captação e utilização do solo) no Rio Caruru, no Município de Gramma, BA, de Gramma, na Fazenda Macaúba, com o Cód. de Gramma, no Município de Gramma, no Estado da Bahia.

CAPTAÇÃO: Terrapagem COPOM, Cuiabá. Huesos: Hueso humano, Vado maxilar insustentado, 5200 mm. Vado maxilar: 14000 mm. Tempo de captação: 16 000 min. Período de captação: 30 días. Vado mensual: 240000 mm. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 21,285" e Long. 42° 50' 36,705". **CAPTAÇÃO:** EAP, Rio Cuiabá. Huesos: Hueso humano, Vado maxilar insustentado, 5500 mm. Vado maxilar: 14000 mm. Tempo de captação: 16 000 min. Período de captação: 30 días. Vado mensual: 240000 mm. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 9,765" e Long. 42° 51' 51,438". **CAPTAÇÃO:** EAP, Rio Cuiabá. Hueso: Hueso humano, Vado maxilar insustentado, 5500 mm. Vado maxilar: 14000 mm. Tempo de captação: 16 000 min. Período de captação: 30 días. Vado mensual: 240000 mm. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 46,174" e Long. 42° 51' 18,331". **CAPTAÇÃO:** EAP, Rio Cuiabá. Hueso: Hueso humano, Vado maxilar insustentado, 5500 mm. Vado maxilar: 14000 mm. Tempo de captação: 16 000 min. Período de captação: 30 días. Vado mensual: 240000 mm. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 28,899" e Long. 42° 52' 24,819". **RECEBIMENTO:** Hueso maxilar humano, dos dois mandíbulas e de 3000 mm. Recebido em 3040. **PROCESAMENTO:** 270273208

BR PETROBRAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 13300032061

[illegible]

Avisos, Editais e Termos

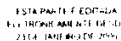
Associacões, Sociedades e Firmas

CLINICA ESTRELLA LTDA
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUICAO

(ZUNO) DONATO SOCIAL SÓCIES JOAO GUILHERME FIUSA
GONDOS ESTRELLA (CPF 174.731.987.72) LIRYNA SOUZA
MARCIO (CPF 51.535.317.41) PAULO PAULO LYRA DA SILVA
CPF 127.517.91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF 407.775.857)
C) OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A
ALIM A PORTADORAS DE DISTURBIOS PSICOLÓGICOS, DIFEREN







RS 2.50

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

$$\log(1 + \log 2) = 0.30103$$

S U M M A R Y ()

Atas, Cartões e Demonstrações
Apresentados, Indolentes e Fúrias.

Avisos, Editais e Termos
Associações, Sindicatos e
Estabelecimentos

Os dados necessários à elaboração da presente Ata, que impõem ao leitor a obrigação de devidamente assinar, após a realização dos procedimentos, por escrito e por meio eletrônico, a esta peça que a presidente solicita. Assim, *transcreva e assine eletronicamente* *Matheus Ferreira da Moura*, Presidente do TCE-RS, e *assinhe* o *Assessor Jurídico* por meio eletrônico, no endereço eletrônico: assessor.juridico@tce.rs.gov.br.

14. 12/20/2015

SANES BRASIL AGROINDUSTRIAL S/A

[illegible]

1st 1/27/88

LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Ata de Reunião do Conselho de Administração - Data, Hora e Local:
Em 09 de janeiro de 2015, às 18:00, na sede social da Companhia, Rua Voluntários da Pátria nº 126 sala 501 Botafogo, Rio de Janeiro - RJ.

FERNANDES ARAUJO ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E

[illegible]

19 1/2

AQUARIO AQUÁRIO MARINHO DO RIO DE JANEIRO S.A.

[illegible]

14. 16000

NAI CAMPINAS PARTICIPAÇÕES S.A.

[illegible]

101 02000 85

L'ESPRESSO





SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.

Processo sob o nº 0810873-76.2019.8.15.2003

JOSÉ EDVAN DA SILVA, já qualificado nos autos acima mencionados, em que contende com SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, também devidamente qualificada nos autos, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar MANIFESTAÇÃO acerca do despacho de id. 28983636, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

Douto Magistrado, data máxima vênica, o r. despacho acima mencionado fora replicado, pois há nos autos despacho com as mesmas determinações (id. 28476139), inclusive, posteriormente, o autor efetuou a devida manifestação (id. 28798355).

Assim, em obediência ao v. despacho retro, o autor reitera à sua manifestação anexa ao autos sob id. 28798355, onde prescinde da realização de prova pericial, pelas razões nela insertas.

Desta forma, requer sejam os autos conclusos para que seja sentenciado.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 13 de março de 2020.

(Datado e assinado eletronicamente)



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08108737620198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE EDVAN DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Certo é, que todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do segmento corporal afetado, em absoluta consonância com a Tabela disposta na Lei 11.945/2009, que estipula o percentual máximo para cada membro afetado, respeitando, ainda, o verbete sumular nº 474, do Superior Tribunal de Justiça.

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, mormente por não haver prova pericial neste sentido, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez suportado pela parte autora.

Dessa forma, **REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**, com a determinação de pagamento de honorários periciais que se coadunem com o Convênio de Nº 015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 16 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 18/03/2020 11:25:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031811254180000000028150605>
Número do documento: 20031811254180000000028150605



1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0810873-76.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Obrigação de Fazer / Não Fazer]

AUTOR: JOSE EDVAN DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO SILVA CAPISTRANO - PB26371

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

DESPACHO

Vistos.

Tratando-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, a próxima etapa do processo seria a designação de audiência de instrução, ocasião em que seria realizada perícia médica na parte autora, na hipótese de haver anuência desta, ou, a designação da perícia anterior à data apazada para a realização da audiência, também na hipótese de concordância da parte autora em submeter-se ao exame pericial.



Ressalte-se que, tendo em vista a pandemia da covid-19, bem como os termos do Ato Normativo Conjunto nº 003/2020/TJPB/DPE-PB/OAB-PB e da Resoluções 313 e 314 do CNJ, com a suspensão das audiências presenciais, a continuidade destas poderia se dar através da ferramenta Cisco Webex, entretanto, seria inócua a designação, no caso concreto, sem a inclusão da perícia técnica, o que implica em ato presencial, seja realizada no dia marcado para audiência, seja realizada em consultório médico, o que neste momento não é possível, implicando o contrário em risco à saúde de todos os participantes.

Por outro lado, não se sabe, diante do quadro mundial que se apresenta, quando será possível o retorno às atividades presenciais, de modo que não devemos infligir às partes, advogados e perito danos desnecessários, com a determinação de designação de audiência que não se sabe ao certo quando se realizará, ante a impossibilidade.

Desta feita, permaneçam os autos sobrestados enquanto durar a suspensão de realização de audiências presenciais.

Restabelecida a possibilidade de audiências presenciais, venham-me conclusos, para designação da audiência com prioridade.

P.I.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional Cível de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, - de 5/6 a 5/6, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:
58055-018

Número do Processo: 0810873-76.2019.8.15.2003
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer]
Polo ativo: AUTOR: JOSE EDVAN DA SILVA
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fê que por ordem verbal da MM Juíza desta Vara, faço os autos conclusos nesta data.

JOÃO PESSOA, 8 de setembro de 2020
JANDIRA RAILSON MEIRA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0810873-76.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Obrigação de Fazer / Não Fazer]

AUTOR: JOSE EDVAN DA SILVA

Nome: JOSE EDVAN DA SILVA

Endereço: Rua Júlio Geraldo de Souza_**, 229, Mangabeira, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58057-170

Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO SILVA CAPISTRANO - PB26371

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 15 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

DECISÃO



Vistos.

Compulsando-se detidamente os autos e em consulta ao PJE, observa-se que a parte autora já havia ingressado com ação judicial perante à 2ª Vara Regional Cível de Mangabeira, que foi extinta sem resolução do mérito, por ter sido indeferida a petição inicial.

No entanto, considerando a extinção do processo sem resolução do mérito e tendo sido reiterado o pedido da parte autora, haja vista se tratar de cobrança de seguro DPVAT, estes autos devem ser distribuídos por dependência ao já extinto (0807427-65.2019.815.2003), nos termos do art. 286, II, do CPC:

Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza:

(...)

II - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da d e m a n d a ;

Sendo assim, CHAMO O FEITO À ORDEM e determino a redistribuição destes autos à 2ª Vara Regional Cível de Mangabeira, por dependência aos de nº 0807427-65.2019.815.2003.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0810873-76.2019.8.15.2003

[Obrigação de Fazer / Não Fazer]

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE EDVAN DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Trata de reiteração de ação anteriormente ajuizada perante essa unidade judiciária, a qual foi extinta sem resolução do mérito (indeferimento da inicial). O processo que originou a dependência (processo nº 0807427-65.2019.815.2003) tramitou perante o acervo B desta Vara, devendo este se processar da mesma forma.

Assim, procedo com a redistribuição deste feito ao acervo B.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0810873-76.2019.8.15.2003

[Obrigação de Fazer / Não Fazer]

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE EDVAN DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Trata de ação de indenização securitária (seguro DPVAT) proposta por **JOSÉ EDVAN DA SILVA** em face de **SEGURA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, ambos qualificados nos autos.

A presente ação foi originalmente distribuída ao Juízo da 1ª Vara Regional de Mangabeira, onde foi deferida a gratuidade judiciária ao autor e determinada a citação da empresa demandada; A ré apresentou sua resposta e a parte autora apresentou sua impugnação. Após, foi determinada a suspensão do processo, ante a impossibilidade de realização de audiência de instrução e julgamento.

Por fim, em decisão (ID.36361725) o Juízo da 1ª Vara Regional de Mangabeira determinou a redistribuição destes autos à 2ª Vara Regional de Mangabeira, por dependência ao processo de nº 0807427-65.2019.8.15.2003 (extinto sem resolução do mérito).

Os autos foram distribuídos ao ACERVO A da 2ª Vara Regional de Mangabeira, que determinou a redistribuição deste feito ao ACERVO B, eis que processo que originou a dependência tramitou perante este acervo.

Vieram-me os autos conclusos.

É o suficiente relato. Passo à decisão.

Em razão de no processo já estar presente contestação da parte promovida e réplica da parte autora, resta pendente, tão somente, a produção da prova técnica.

- Da AUDIÊNCIA UNA

Considerando os termos do Ato Normativo 33/2020 da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, que regulamenta o retorno gradual das atividades presenciais, a implementação da terceira fase prevista na norma referida, visando dar regular trâmite ao presente feito preservando a saúde e a segurança de todos, notadamente com a possibilidade de realização de atos semipresenciais, designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia **15 de dezembro de 2020, às 16:50h**, de forma **SEMIPRESENCIAL**, que será realizada através do aplicativo CISCO WEBEX.

Para que os advogados e as partes (prepostos) possam participar no dia e hora marcados da audiência retro, ingressando na sala virtual de audiência, deverão acessar o seguinte link: <https://cnj.webex.com/join/jpa-vrciv02>

ALERTA: Para instalar o APP Sisco Webex deve ser feito o download no seguinte endereço: <https://www.webex.com/downloads.html>

Para tanto, à serventia para enviar às partes e seus procuradores por e-mail, whatsapp ou qualquer outro meio eletrônico, o manual de participação em audiências virtuais disponível em: <https://www.cnj.jus.br/plataforma-videoconferencia-nacional/manual-para-partes-e-testemunhas-sobre-o-us>

Ressalto a importância dos advogados e parte dispor do uso de fones de ouvido.

Como primeiro ato da audiência os integrantes deverão exibir documento de identificação pessoal com foto.

Outrossim, deverão constar, respectivamente, na petição inicial e contestação, e-mails e números de telefones celulares das partes e de seus advogados, ou caso omissos, em petição protocolizada pelo menos até 10 dias antes do ato, de forma a viabilizar o regular trâmite do feito.

Registro que a magistrada que presidirá a audiência, preposto e advogados das partes participarão da audiência por meio do aplicativo acima (virtualmente), ficando a cargo de cada um a adoção das medidas necessárias, inclusive a obtenção dos meios tecnológicos, para participar do ato, sob as penas da lei.

Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir).

A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

- DA PERÍCIA

Inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão e que a análise do objeto da lide, consistente no pagamento ou complementação de seguro Dpvt, pressupõe a realização de prova técnica, com fulcro no art. 156 do CPC, determino a realização de perícia médica, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Dita perícia será realizada PRESENCIALMENTE, devendo a parte autora e, caso haja, assistente técnico, comparecer no dia e horário aprazados para a audiência, ao Fórum Regional de Mangabeira/PB, nesta capital, mais precisamente na sala da Diretoria, piso térreo, especialmente preparada para tal finalidade (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança para a COVID-19.

Nomeio a médica, Dr^a Rosana Bezerra Duarte de Paiva, perita nos presentes autos, para proceder à perícia judicial, a realizar-se no dia e horário acima descritos.

Intime a perita acima declinada para tomar ciência do encargo e da audiência agendada nestes autos.

Intime o autor, através de seu advogado, para que tome ciência da audiência designada, cabendo ao causídico informar ao seu cliente que compareça no Fórum Regional de Mangabeira na data e hora acima aprazados.

Dispenso a participação, na audiência virtual, do autor e prepostos, em razão de se tratar de ato de cunho eminentemente técnico, onde os interesses das partes podem ser, suficientemente, defendidos por seus respectivos causídicos.

Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Sisbajud.

Intimem as partes para ciência da data e hora da perícia retro, bem como para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Apenas e tão somente a parte que será submetida à perícia médica e eventual assistente técnico das partes devem comparecer ao fórum, no dia e hora designados, devendo a parte promovente trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos.

A parte autora deve comparecer, impreterivelmente, portando documento pessoal oficial com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.

Advirta à parte autora que a sua ausência injustificada ao Mutirão será considerada desistência da prova pericial, sendo-lhe imputado o ônus probatório dessa inércia.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada desta decisão servirá como mandado de citação/intimação.

Advirto que:

1 – Ante a prescindibilidade para o ato da perícia, não comparecerão presencialmente ao ato a Julgadora e nem os Advogados das partes, com o fito de evitar aglomeração e, assim, risco de contágio da COVID-19, em cumprimento aos termos do Ato da Presidência 33/2020;

2 - Não será permitida a entrada de qualquer pessoa sem o uso de máscara, bem como, ao entrar, deverá lavar as mãos com álcool em gel e ter sua temperatura verificada, conforme Ato da Presidência 33/2020;

3- A presença de qualquer sintoma de COVID 19 deverá ser imediatamente comunicada ao Juízo ou auxiliares da Justiça que ali se encontrem, não sendo permitida a sua entrada ou permanência no Fórum, constando tal informação em certidão específica para a designação de nova perícia.

4 – Só será permitido o ingresso ao Fórum apenas e tão somente da própria parte promovente e, caso haja, assistente técnico de ambas as partes, vedada a presença de acompanhantes, exceto curadores, tutores, genitores de menores de idade e situações excepcionais devidamente comprovadas;

5- Deverão todos aqueles que adentrem nas dependências do Fórum Regional de Mangabeira observar fielmente todas as normas de biossegurança estabelecidas pela Diretoria da predita Unidade, sob as penas da lei.

À SERVENTIA PARA INSERIR NOS MANDADOS DE CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO DE AMBAS AS PARTES E ADVOGADOS AS INSTRUÇÕES ANEXAS, PARA FINS DE ACESSO À SALA VIRTUAL DE AUDIÊNCIA DO MUTIRÃO DPVAT.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAIS JUDICIAIS (PROVIMENTO CGJ Nº 65/20) E NA RESOLUÇÃO Nº 04/2019, DO CONSELHO DA MAGISTRATURA - TJPB, DJE de 12.08.2019- ATENÇÃO.

CUMPRA COM URGÊNCIA – AUDIÊNCIA E PERÍCIA – DPVAT.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

Juíza de Direito

INSTRUÇÕES PARA ACESSO AO CISCO WEBEX.

De logo, comunicamos que o procedimento a ser adotado é o seguinte:

1º - BAIXANDO O PROGRAMA DE VIDEOCONFERÊNCIA.

Você deve "baixar" e instalar o programa (aplicativo) que irá ser a base da audiência, o CISCO WEBEX MEETINGS. O link para download do aplicativo, que é gratuito, é <https://www.webex.com/downloads.html/> e, após clicar nesse link, você deverá escolher o seu equipamento, se Computador (com windows, câmera e microfone), se Smartphone (Celular) Android ou Apple.

2º - INSTALANDO O PROGRAMA DE VIDEOCONFERÊNCIA.

Após a instalação, quando você rodar pela primeira vez o programa, ele pedirá que você (1) aceite os Termos do Serviço, (2) terá um OK e, em seguida, uma série de permissões, (4) para acessar seus contatos, (4) para gerenciar chamada telefônica, (5) para tirar fotos ou gravar vídeo, (6) para acessar o local, (7) para gravar áudio. Enfim, depois disso tudo, você estará numa tela que você pode "entrar em uma reunião" ou "iniciar sessão". Neste ponto você não precisará fazer mais nada.

3º-ENTRANDO NA SALA DE AUDIÊNCIA.

a - No horário marcado para a audiência (abaixo) ou poucos minutos antes (de 1 a 3), Clique/Acesse no link relativo à sala referente à sua audiência e você deverá ter acesso:

VIDEOCONFERÊNCIA: <https://cnj.webex.com/join/jpa-vrciv02>

b - Todos os participantes no dia e horário agendados, deverão ingressar na sessão virtual pelo link informado, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identidade com foto.

4º - DURANTE A AUDIÊNCIA (MAS LEIA ANTES!)

Lembre de alguns pontos interessantes para o sucesso da audiência:

- a - esteja num local que tenha acesso wifi ou tenha o seu plano 3G/4G;
- b - apesar de você estar em casa ou outro local de sua conveniência, a audiência é um ato judicial solene, com a presença de uma autoridade judiciária, o Juiz de Direito e é processualmente válida;

Assim, a educação e a civilidade devem ser sempre lembradas;

- c - esteja vestido(a) de maneira adequada e respeitosa;
- d - esteja num local silencioso, podendo usar fone de ouvido.

Caso você deseje que seja ouvida alguma testemunha na audiência, será adotado o seguinte procedimento:

1º-ACESSO À AUDIÊNCIA.

- a - A testemunha deverá acessar a sala de audiência virtual, através do mesmo link que foi encaminhado para as partes e advogados; fica a cargo do advogado ou da parte enviar o referido link para as testemunhas que deseje ser ouvidas pelo Juiz.
- b - Na hora da audiência, a testemunha/depoente deverá acessar o link, quando será colocada numa sala de espera virtual (lobby), até o momento em que prestará

depoimento. Em caso de queda de conexão durante o período de espera, deverá entrar em contato com a Secretaria do 2ª Vara Cível Regional de Mangabeira, através do telefone/whatsapp (83) 99144.7733, para que seja feito o contato com a Chefia de Cartório informando o ocorrido para que seja feito o contato com o Magistrado informando o ocorrido, e seja prestado o devido auxílio para o restabelecimento da conexão;

2º - PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO.

Por ocasião da qualificação da testemunha, esta será identificada diretamente pelo juiz, oportunidade na qual deverá estar segurando ao lado do rosto um documento de identificação com foto, e nesse momento deverá falar o seu nome. Para tal finalidade, é muito importante que a testemunha esteja em ambiente com luminosidade adequada, a fim de que possa ser identificada com a devida segurança;

3º - PROCEDIMENTO PARA PRESERVAÇÃO DA INCOMUNICABILIDADE.

A fim de que seja preservada a incomunicabilidade, a depoente/testemunha/informante deverá adotar as seguintes providências:

- Procurar um lugar isolado para depor;
- Realizar um passeio ao vivo com a câmera pelo ambiente em que se encontra, a fim de demonstrar que está sozinha no local;
- Encaminhar via whatsapp, a sua localização em tempo real;
- Não manter contato com quaisquer outras pessoas durante o depoimento;
- Não utilizar qualquer outro aparelho eletrônico;
- Dirigir o seu olhar diretamente para a câmera do dispositivo (celular ou

computador pessoal) evitando desvios;
•Utilizar fones de ouvido.

Tais providências objetivam garantir e preservar os ditames legais pertinentes à audiência, ficando a testemunha advertida acerca da possibilidade de anulação do ato e responsabilização legal, em caso de quebra da incomunicabilidade.

Seguem abaixo links para acesso a tutorias em texto e em vídeo do Cisco Webex em caso de dúvidas:

Acesse o Manual da videoconferência no Webex produzido pelo TJSE -
https://www.tjse.jus.br/portal/arquivos/documentos/publicacoes/manuais/videoconferencia/tutorial_publico_externo.pdf

Manual da videoconferência do Webex para partes e testemunhas (CNJ) -
<https://www.cnj.jus.br/plataforma-videoconferencia-nacional/manual-para-partes-e-testemunhas-sobre-o-uso-da-videoconferencia/>

Vídeo tutorial do TJ-PB sobre como realizar download e instalação do aplicativo -
https://youtu.be/ZS6sOfE_JK4

OBSERVAÇÃO: Caso surja qualquer outra dúvida, entre em contato com a Secretaria do 2ª Vara Cível Regional de Mangabeira, através do telefone/whatsapp (83) 99144.7733.

Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Sisbajud.